



Número: **0804849-50.2024.8.19.0029**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**
Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Magé**
Última distribuição : **12/07/2024**
Valor da causa: **R\$ 100.000,00**
Assuntos: **Administração judicial**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAN-RIO COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA (REQUERENTE)		CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA (ADVOGADO) CAMILLA SILVA AGUIAR (ADVOGADO)	
ATLANTICA INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA (REQUERENTE)		CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA (ADVOGADO) CAMILLA SILVA AGUIAR (ADVOGADO)	
REFRIGERANTES PAKERA LTDA (REQUERENTE)		CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA (ADVOGADO) CAMILLA SILVA AGUIAR (ADVOGADO)	
EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA (REQUERENTE)		CECILIA ALMEIDA COSTA BRAGA (ADVOGADO) CAMILLA SILVA AGUIAR (ADVOGADO)	
EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA (RÉU)		LAURA COSTA DE MEDINA COELI (ADVOGADO)	
MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR JUDICIAL)		JULIO MATUCH DE CARVALHO registrado(a) civilmente como JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)	
NERY & MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (ADMINISTRADOR JUDICIAL)		JAMILLE MEDEIROS DE SOUZA (ADVOGADO) LARISSA LEAL LIMA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
180574500	24/03/2025 23:36	Relação de Credores do AJ	Petição



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
MAGÉ – RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0804849-50.2024.8.19.0029

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, na pessoa do advogado **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial das sociedades empresárias **PAN-RIO COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA., ATLÂNTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA., REFRIGERANTES PAKERA LTDA. e EMPRESA DE MINERAÇÃO DE ÁGUAS SANT'ANNA LTDA.**, nos autos da **Recuperação Judicial** em epígrafe, vem a Vossa Excelência apresentar a **Relação de Credores** retificada pelo **Administrador Judicial**, na forma do **art. 7º, §2º**, da Lei nº11.101/2005 ("LRF"), com base nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores e na análise da documentação comercial e fiscal das sociedades Recuperandas, conforme passa a expor.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis.
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





I. Das habilitações e divergências apresentadas pelos credores

01. Publicado regularmente o Edital previsto no art. 52, §1º da LRF, em 26 de dezembro de 2024, referente à relação de credores apresentada nos autos pelas sociedades em recuperação, *restou inaugurada a fase administrativa de verificação dos créditos*, em que eventuais habilitações ou divergências de crédito são apresentadas diretamente à Administração Judicial pelos interessados.

02. Averbese-se que a relação de credores a ser considerada para todos os fins será aquela que instruiu o pedido de recuperação judicial, constante dos Ids. 136404400 a 136405808.

03. Assim é que o Administrador Judicial enviou regularmente as correspondências aludidas no art. 22, I, alínea “a” da Lei 11.101/2005, e, posteriormente, recebeu as habilitações e divergências de crédito diretamente através do endereço de correio eletrônico pakera@mcaa.adv.br, tendo realizado a verificação competente.

04. Registre-se que foram recebidas por esse Administrador Judicial, de forma tempestiva, 41 (quarenta e uma) divergências e 04 (quatro) habilitações de crédito administrativas, através de e-mails enviados ao endereço pakera@mcaa.adv.br, todas referentes a credores insertos nas classes de créditos trabalhistas, quirografários e microempresas/empresas de pequeno porte.

05. Nessa ordem de ideias, tendo sido devidamente recebidas essas quarenta e uma divergências e quatro habilitações de crédito por este Administrador Judicial, foram todas devidamente analisadas com fundamento na documentação apresentada pelos credores, bem como na documentação comercial e fiscal das devedoras. Ao final, a relação de credores foi saneada administrativamente, mediante a adoção de critérios objetivos, os quais expõe a seguir, dando-se a necessária publicidade, para conhecimento de todos os interessados.

06. Por fim, apresenta a Relação de Credores do Administrador Judicial, quer dizer, a relação de credores *retificada*, nos termos do art. 7º, §2º, da LRF, que servirá de base para a publicação do segundo Edital contendo a relação de credores, com a devida divisão dos mesmos nas classes previstas pelo art. 41 do mesmo diploma.





II. Dos critérios objetivos adotados pelo Administrador Judicial, para a análise da lista de credores e das habilitações e divergências apresentadas

07. Como é de conhecimento, o art. 9º da LRF elenca, em seus incisos, os requisitos necessários à análise dos créditos a serem habilitados ou retificados em sede de verificação administrativa, *in verbis*:

Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:

I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;

II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;

III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas;

IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;

V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

08. Nessa linha, adotou-se como premissa, por estrita determinação legal, a verificação dos créditos cujas habilitações e divergências identifiquem adequadamente o credor e estejam instruídas com os títulos que fundamentam o crédito e com a memória de cálculo que indique sua atualização, até a data do requerimento de recuperação judicial.

09. Sobre este ponto, vale esclarecer que, não obstante a distribuição de tutela cautelar antecedente em Id. 130599217, a presente recuperação judicial é procedimento distinto, não podendo, portanto, ser confundida, na medida em que regida especificamente pelas disposições do Capítulo III e, no que couber, do Capítulo II, da Lei 11.101/2005.





10. Logo, **o marco de submissão dos créditos é aquele preconizado no art.49 da LRF**, isto é, a data do pedido de recuperação judicial, **09 de agosto de 2024**, estando sujeitos ao concurso de credores todos os créditos existentes na referida data, ainda que não vencidos.

11. De igual sorte, a data do pedido de recuperação judicial é o termo final de atualização dos valores habilitados neste feito, conforme dicção do art. 9º, II, da LRF.

12. Quanto aos créditos cujos títulos possuem cláusula de garantia por alienação fiduciária de bens móveis, optou o legislador ordinário por excluí-los da regra geral de sujeição aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da LRF, de seguinte redação:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...)

§3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (grifos nossos)

13. Segundo o escólio da professora Maria Helena Diniz,





(...) alienação fiduciária em garantia consiste na transferência feita pelo devedor ao credor da propriedade resolúvel e da posse indireta de um bem infungível (CC, art. 1361) ou de um bem imóvel (Lei nº 9514/97, arts. 22 a 33), como garantia do seu débito, resolvendo-se o direito do adquirente com o adimplemento da obrigação, ou melhor, com o pagamento da dívida garantida. (DINIZ, Maria Helena. *In* “Curso de Direito Civil Brasileiro”, 19ª edição, São Paulo, ed. Saraiva).

14. Além disso, é requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de bens infungíveis o seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”), de seguinte teor:

Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro. (grifo nosso)

15. No que se refere às demais hipóteses de constituição da propriedade fiduciária, nosso Código Civil preceitua que os requisitos necessários deverão ser adimplidos mediante as disciplinas impostas pelas respectivas leis especiais, conforme preconizado em seu art. 1.368-A, que assim dispõe:

Art. 1.368-A. As demais espécies de propriedade fiduciária ou de titularidade fiduciária submetem-se à disciplina específica das





respectivas leis especiais, somente se aplicando as disposições deste Código naquilo que não for incompatível com a legislação especial.

16. Com relação à alienação fiduciária sobre coisas fungíveis, nos termos do art. 66-B da Lei 4.728/65 c/c art. 42 da Lei 10.931/04, é necessário que se proceda ao devido registro do contrato no cartório competente. *Verbis*:

Lei 4.728/65 - Art. 66-B: O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.

Lei 10931/04 - Art. 42: A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário não dependem de registro, **mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas por esta Lei.**

17. Nada obstante à previsão legal supracitada, o e. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.629.470 – MS, de Relatoria da e. Ministra Maria Isabel Gallotti, gizou a desnecessidade de registro quando a garantia prestada consiste na cessão fiduciária de direito de crédito. Veja-se:

“DIREITO CIVIL E COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITO DE CRÉDITO. REGISTRO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO PARA A CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA. CREDOR NÃO SUJEITO À RECUPERAÇÃO





JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. A cessão fiduciária de título de crédito, nos termos da disciplina específica da Lei 4.728/95, com a redação dada pela Lei 10.931/2004, não depende de registro em cartório de títulos e documentos para ser constituída, não se lhe aplicando a regra do art. §1º do art. 1.361 do Código Civil, regente da cessão fiduciária de coisa móvel infungível. 2. O registro da cessão fiduciária do título de crédito pode ser necessário para salvaguardar eventual direito de terceiro a quem o título de crédito seja oponível, a saber, o devedor do título de crédito cedido pela recuperanda. Não há repercussão na esfera de direitos dos demais credores, donde a irrelevância da existência do registro para o processo de recuperação. 3. De acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, por força do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem à recuperação judicial os créditos garantidos por cessão fiduciária. Precedentes. 4. Impossibilidade "de se impor restrições à propriedade fiduciária de crédito, por não se tratar de bem de capital, segundo entendimento desta Corte Superior." (AgInt no REsp. 1.475.258- MS, rel Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 20.2.2017). 5. Recurso especial conhecido e provido." (RECURSO ESPECIAL nº 1.629.470 – MS, 2ª Seção – STJ – Julgamento em 30 de novembro de 2021 – Publicação em 17 de dezembro de 2021) (grifos nossos)

18. Por sua vez, na hipótese da propriedade fiduciária recair sobre bem imóvel, o contrato que impõe a transferência da propriedade resolúvel deverá ser registrado no competente Registro de Imóvel dos respectivos bens afetados, conforme previsto na legislação especial atinente ao tema, como se infere do art. 23 da Lei 9.514/1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e incidência da propriedade fiduciária sobre bens imóveis, *in verbis*:

Art. 23. Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.





Parágrafo único. Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

19. Depreende-se, então, que o arcabouço legislativo atinente à modalidade de propriedade fiduciária restou devidamente positivado em total atenção à natureza de direito real atribuída à espécie, que possui por característica principal sua oponibilidade perante terceiros, que não há, por seu turno, como subsistir sem a realização de seu registro, como se verifica nas palavras de MARCELO SACRAMONE, a saber:

O proprietário fiduciário não se submete à recuperação judicial, por ter verdadeiro “direito real em garantia” e não um “direito real de garantia”. Ao credor é atribuída a propriedade da coisa para a garantia de um negócio jurídico principal. Difere-se esse direito de propriedade fiduciária sobre a coisa dos direitos reais de garantia, como a hipoteca, o penhor e a anticrese. Nestes, o credor tem um direito real sobre o bem do devedor, enquanto na propriedade fiduciária o credor tem um direito real sobre bem próprio, de sua propriedade, ainda que resolúvel. (...)

Como oponibilidade de terceiros é característica do direito real, ela não poderia ocorrer caso o registro não fosse feito. A falta de registro, mais do que impedir a publicidade perante terceiros, não permite que entre as próprias partes seja constituída a propriedade fiduciária, porque não se pode ter um direito real não oponível a terceiros.

No tocante à propriedade fiduciária de bens móveis infungíveis, a obrigação de registro é expressa no art. 1.361, §1º, do Código Civil. Nos bens móveis fungíveis ou direitos, a Lei n.º 4.728/65 não disciplina expressamente a exigência do registro. A exigência do registro, entretanto, é requisito para todos os tipos de propriedade fiduciária. Isso porque, como forma de garantia da obrigação





principal, a propriedade será transferida apenas de modo resolúvel, o que impediria que os demais credores fossem satisfeitos com a liquidação do ativo transferido, enquanto este permanecer na propriedade do credor. (grifos não constantes do original) (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 206 e 209.)

20. No mesmo sentido, dispõe o Verbete de Súmula nº 60, do e. Tribunal de Justiça de São Paulo, *litteris*: “A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor”, o que torna indene de dúvidas a necessidade da efetivação regular do registro para fins de constituição da alienação fiduciária de bens móveis.

21. A oponibilidade perante terceiros é elemento curial no contexto do processo de recuperação judicial, pois sendo este, em última análise, um processo que reúne uma coletividade de credores, tem-se que a propriedade fiduciária deverá se encontrar devidamente performada quando do requerimento de recuperação, pois não tendo a mesma sido devidamente constituída, não se presume a existência de uma propriedade, mas tão somente de um crédito, pelo qual sujeitar-se-á aos efeitos preconizados pelo caput do art. 49 da LRF, conforme menciona o eminente ex-magistrado, professor LUIZ ROBERTO AYOUB, em obra conjunta ao ilustre professor CÁSSIO CAVALLI, leia-se:

A propriedade fiduciária é constituída com o registro do contrato, nos termos do art. 1.361, §1º, do CC. Logo, se o contrato não foi registrado, não há constituição de propriedade fiduciária e, portanto, o crédito sujeita-se à recuperação judicial. Ademais, se o contrato é registrado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, o crédito permanece sujeito à recuperação judicial. (Ayoub, Luiz Roberto. Cavalli, Cássio. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016, pag. 72.)





22. Demais disso, perfaz-se também como requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária a descrição específica da coisa e/ou direito objeto da transferência, bem como os elementos indispensáveis à sua identificação, na forma do art. 1.362, IV do CC, a conferir:

Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

(...)

IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

23. Tal previsão legal, de especificação dos bens e/ou direitos ofertados em garantia para constituição da propriedade fiduciária, está igualmente corroborada pela doutrina pátria majoritária, valendo reproduzir outro relevante trecho da supracitada obra do MARCELO SACRAMONE, *in verbis*:

O contrato de alienação fiduciária ou cessão fiduciária, outrossim, precisa especificar objeto cuja propriedade será transferida ao credor em garantia. Para que valha perante terceiros e não permita que o referido ativo seja envolvido na recuperação judicial e seja utilizado para o pagamento dos demais credores, a individualização do objeto no contrato é imprescindível. A coisa deverá ser identificada, inclusive avaliada, assim como especificado devem ser todos os títulos de créditos cedidos.

Quanto a essa individualização, possível que o bem ou o crédito objeto do contrato de cessão fiduciária seja futuro (art. 458 e 1.361, §3º, do CC). O crédito futuro, nem sequer ainda contraído pelo devedor da obrigação principal, chamado de recebível a performar, poderá ser cedido fiduciariamente. Nesta hipótese, ainda que não se possa identificar todas as características do bem, a especificação do objeto do contrato deverá permitir sua identificação por terceiros quando o bem vier a existir. Caso não haja individualização dos créditos cedidos, os pressupostos da





cessão fiduciária não estarão preenchidos e os créditos se submeterão à recuperação judicial como quirografários. (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 208.)

24. Uma vez preenchidos os requisitos elencados acima, portanto devidamente constituída a propriedade fiduciária, a configurar a hipótese de exceção prevista pelo art. 49, §3º da LRF, é de se anotar que “[O] saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos” perfaz crédito de natureza quirografária, sujeito, assim, à recuperação judicial, na forma do Enunciado nº 51, da Primeira Jornada de Direito Comercial.

25. Por fim, exaurindo-se o tema, resta pacífico o entendimento pela sujeição aos efeitos da recuperação judicial, quanto aos créditos garantidos por propriedade fiduciária que recaia sobre bem de capital essencial ao desenvolvimento da atividade produtiva da sociedade Recuperanda, visto que a retirada de tais bens desencadearia inevitável insucesso ao projeto de soerguimento econômico almejado, conforme leciona o mesmo professor LUIZ ROBERTO AYOUB, na forma de trecho de obra de sua lavra que, novamente, traz-se à colação:

O que se busca, aqui, é preservar a empresa. São bens de capital essenciais à atividade, por exemplo, "máquina de brunir e de um forno industrial a gás" no caso em que "a sociedade empresarial agravada tem como atividade principal a fabricação de peças e motores de combustão e transmissões mecânicas, em que o maquinário objeto da ação de busca e apreensão em comento denota-se fundamental, essencial para o exercício das atividades empresariais destacadas". Ademais, já se decidiu que deve ser revogada liminar de reintegração de posse de máquina vendida com reserva de domínio, ante notícia de deferimento de processamento da recuperação judicial do devedor. (Grifo nosso) (Obra citada, p. 138 e 139)





26. Inclusive, o e. Superior Tribunal de Justiça já se debruçou sobre o tema, circunstância pela qual compreendeu pela subsunção do crédito garantido aos efeitos da recuperação judicial quando da ocorrência da hipótese ventilada, conforme dicção prestada pelo aresto abaixo, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade Recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AgInt no CC nº 149.561, Min. Rel. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 22.08.2018)

VOTO

(...) Interpretando tal dispositivo da Lei de Quebras, esta Corte Superior sedimentou posicionamento no sentido de que quaisquer atos judiciais, que possam colocar em risco a eficácia do plano de recuperação, devem ser submetidos ao crivo do Juízo universal. Nessa linha de raciocínio, também consolidou a tese de que o **Juízo universal é o competente para decidir acerca da essencialidade do bem, ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, afastando-se, desse modo, a exceção do § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005. Outrossim, dentro de suas competências, insere-se a definição acerca do caráter extraconcursal das dívidas contraídas pela Recuperanda a esse título, de modo que,**





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

estando os bens litigiosos em posse da suscitante (fl. 672), e tendo o Juízo da recuperação já declarado a sua essencialidade ao soerguimento da empresa, há de prevalecer o entendimento desta Corte Superior sobre a questão. (grifos nossos)

27. No que toca especificamente ao crédito garantido por cessão fiduciária de recebíveis, de acordo com o entendimento do Ilustre Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, esposado no julgamento do REsp nº 1.758.746-GO, o "bem de capital" que a LRF se refere é aquele bem corpóreo (móvel ou imóvel) utilizado no processo de produção da empresa e que, portanto, esteja em sua posse, divergindo, desta maneira, desse conceito, a cessão fiduciária de recebíveis. Esta é a ementa do REsp. em referência:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA, COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO "BEM DE CAPITAL". NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECIDADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A Lei n. 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os "bens de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial, permaneceriam na posse da Recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 13
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da Recuperanda. 2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Constatase, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da Recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio e na lei não há dizeres inúteis falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário. 3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa. 4. Por meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da Recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção judicial para esse propósito (liberação da trava bancária). 5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-seia absolutamente frustrada, caso se pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo





"bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, cancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresso, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação judicial. 6. Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa Recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period. 6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da Recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária. 7. Recurso especial provido.(REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

28. Na mesma linha, veja-se o entendimento doutrinário predominante:

“2.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais De acordo com o art. 52, inc. III, da LREF as ações e execuções dos credores proprietários – aqueles mencionados nos §§ 3º e 4º do art. 49 da LREF (proprietário fiduciário, arrendador mercantil, entre outros) - não se suspendem durante o período de proteção (stay period). Mesmo assim, durante o período de proteção, eventual ação visando à retomada do bem fica suspensa se este puder ser enquadrado no conceito de "bem de capital essencial a atividade





empresarial" (art. 6º, § 4º c/c 49, § 3º) Acredita-se que o legislador empregou a expressão "bem de capital" da forma mais ampla possível (art. 49, § 3º da LREF). Logo, os bens de capital do devedor seriam aqueles tangíveis de produção, como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos, entre outros empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da Recuperanda. Nesses termos, já foram considerados bens essenciais à atividade da empresa os imóveis da sede e da planta industrial Recuperanda, bem como veículo (caminhão) utilizado por empresa de transportes e maquinários afeito ao processo produtivo de determinada indústria, entre tantos outros. De qualquer forma, não basta a mera alegação de que o bem é essencial à recuperação judicial; é indispensável que o devedor comprove ao juiz as características/qualidades técnicas do bem, aquelas que o tornam imprescindível para o exercício da atividade empresária em questão". (João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea, Almedina, São Paulo, 2016, p. 285/287)

29. Entretanto, apesar de o e. Superior Tribunal de Justiça possuir a posição de que o crédito garantido por cessão fiduciária não se sujeita aos efeitos do processo de recuperação judicial, não se pode olvidar que o emprego da denominada "trava bancária" possui efeito negativo que, na grande maioria dos casos, ocasiona a inviabilização do processo de recuperação da empresa.

30. Assim, constitui pilar fundamental da LRF o princípio da preservação da empresa e de sua função social, sob o qual também estão amparados os interesses de todos os demais envolvidos no processo de superação da crise econômico-financeira da empresa, de modo que, ao art. 49, §3º da LRF deve ser conferida interpretação que não se distancie dos seus próprios princípios, cujo fim último é o de preservar a empresa.

31. Neste sentido, o interesse do credor fiduciário deve ser ponderado com o Princípio da Preservação da Empresa, assim como com os interesses de todos os demais credores envolvidos no processo recuperacional, de modo que a medida mais razoável e proporcional nessas situações é a mitigação parcial da "trava bancária", quando o crédito possuir garantia de cessão fiduciária de recebíveis.





32. É justamente esse o entendimento esposado, em reiterados julgamentos realizados pelo e. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. **LIBERAÇÃO PARCIAL DE TRAVAS BANCÁRIAS.** MULTA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. O juízo de origem determinou a suspensão do curso das ações e execuções pendentes em face da requerente e de seu sócio. Todavia, a suspensão somente se estende ao sócio solidário, presente nas sociedades em que a responsabilidade pessoal é ilimitada, o que não é o caso da agravada. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Em sede de agravo de instrumento interposto pelo Banco Safra S. A. contra a mesma decisão ora impugnada, esta Egrégia Oitava Câmara Cível decidiu pela manutenção da liberação parcial das travas bancárias. **Embora o crédito garantido por cessão fiduciária, em regra, não esteja submetido à recuperação judicial, a utilização da trava bancária poderia obstaculizar o êxito da recuperação. A decisão deve ser mantida neste particular, considerando a essencialidade dos valores e o princípio da preservação da empresa. Precedentes desta Corte Estadual.** No que tange à determinação da suspensão dos débitos automáticos, também se revelou correta, de modo a viabilizar a possibilidade de recuperação da agravada. Multa fixada para cumprimento de obrigação de fazer que deve ser suficiente para compelir o devedor a cumprir a obrigação, mas sem que atinja um patamar excessivo, sob pena de configurar enriquecimento sem causa. Deve ser considerada também a natureza das obrigações e as partes envolvidas, em especial diversas instituições financeiras, para as quais uma multa fixada em patamar mais baixo poderia ser insuficiente. O valor arbitrado, na quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por dia, revelou-se razoável e adequado ao caso em análise. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO para afastar a determinação de suspensão das ações e execuções em face dos sócios da Recuperanda.





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

(0015932- 67.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A).
Augusto Alves Moreira Junior - Julgamento: 14/02/2017 - Oitava
Câmara Cível) (alguns grifos não integram o original)

EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **LEVANTAMENTO DA CHAMADA "TRAVA BANCÁRIA", VALORES QUE CONSTITUEM PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA,** E, COMO TAIS, SUBMETEM-SE AO REGIME DO ART. 49, §3º DA LEI 11.101/2005, QUE EXCLUI O REFERIDO CRÉDITO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO DA NORMA COM O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.** LEVANTAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADO NO LIMITE DE 60% DOS RECEBÍVEIS, PARA, DE UM LADO, ATENDER À LEI DE REGÊNCIA, E, DE OUTRO, PERMITIR O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO REMANESCENTE COMO QUIROGRAFÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. (0059541-03.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Custódio De Barros Tostes - Julgamento: 25/04/2017 - Primeira Câmara Cível) (grifamos)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. **Antecipação dos efeitos da tutela deferida para a parcial liberação de "trava bancária", decorrente de mútuo avençado com cessão fiduciária de direitos creditórios.** Irresignação. Possibilidade de solução monocrática. Verbete nº 59 da Súmula da Jurisprudência Predominante deste Egrégio Tribunal de Justiça. Decisum que apresenta a necessária fundamentação, amparada em interpretação da legislação pertinente conferida pelos Tribunais pátrios e nas provas dos autos, e que não se revela extravagante diante dos contornos da matéria apreciada. **Procedimento recuperatório respaldado nos Princípios da Preservação da Empresa e da sua Função Social. Finalidade precípua que consiste em viabilizar o soerguimento e reestruturação da**

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 18
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





Demandante, com o intuito de preservar o interesse daqueles atingidos por sua debilidade financeira - trabalhadores, credores e sociedade -, por meio de concessão de lapso temporal para a elaboração de plano de saneamento, bem como de medidas legais inibitórias da redução do seu patrimônio por atos de constrição no período. Controvérsia acerca da natureza dos créditos que não afasta a vedação legal ao esvaziamento da empresa Recuperanda quanto aos bens necessários à manutenção de sua atividade econômica. Inteligência da norma limitadora de direitos prevista no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05. Regra de exceção, cuja boa hermenêutica impõe interpretação restritiva, vedada qualquer forma de presunção, analogia ou ampliação. **Imprescindibilidade do destravamento dos valores retidos ao cumprimento do programa recuperatório. Imperativa ponderação dos interesses conflitantes que conduz à necessária prevalência, por ora, do objetivo prioritário da legislação regente sobre a pretensão da Agravante quanto à imediata satisfação de seu crédito. Precedentes desta Colenda Corte.** Manutenção da decisão agravada que se impõe. Desprovisionamento do recurso, com fulcro no art. 932, IV, "a", do CPC.
(0038015-14.2015.8.19.0000 - AI, Des(A). Sérgio Nogueira De Azeredo - Julgamento: 05/04/2016 - Décima Nona Câmara Cível) (grifos não integram o original).

33. Sendo assim, fixados objetivamente os critérios adotados por esta Administração Judicial, passa-se à análise específica das 41 (quarenta e uma) divergências e 04 (quatro) habilitações, apresentadas pelos credores das Recuperandas.

34. Por derradeiro, cumpre elucidar que, com o objetivo de promover maior efetividade ao procedimento de apuração do passivo adotado pela Administração Judicial, foi oportunizado o contraditório às Recuperandas quanto às habilitações e divergências administrativas.





III. Da análise das habilitações e divergências apresentadas

III.1 Classe I – Créditos trabalhistas

III.1.a Cleverson de Oliveira Santana

35. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Cleverson de Oliveira Santana, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 71.551,54 (setenta e um mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 102369-46.2016.5.01.0491.

36. Em anexo à habilitação, apresentou (i) Termo de Audiência relativo ao processo trabalhista *supra*, ocorrida em 13 de julho de 2017, no qual verifica-se que as partes conciliaram o pagamento de R\$ 24.007,36 (vinte e quatro mil sete reais e trinta e seis centavos), em 16 parcelas mensais e sucessivas, havendo previsão de multa de 100% em caso de inadimplemento, (ii) promoção da contadoria trabalhista informando a dívida atualizada, já com a inclusão da multa, o que indica o descumprimento da avença, (iii) certidão de remessa dos autos à CAEX, e, por fim, (iv) a planilha de atualização de cálculo abaixo, indicando o valor que ora pretende ver listado em seu favor:

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: CLEVERSON DE OLIVEIRA SANTANA

Reclamado: EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA

Data Últ. Atualização: 11/09/2017

Data Liquidação: 29/05/2024

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	71.551,54
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	240,07
Total Devido Pelo Reclamado	71.791,61

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice "Sem Correção", acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST.
2. Contribuições sociais sobre salários devidos sem acréscimo de juros e multa de mora, que serão apurados a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, caput, do Decreto no 3.048/1999).
3. Juros SELIC (Receita Federal) a partir de 11/09/2017.
4. Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 20
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





37. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas manifestaram concordância com o pleito acima, ressaltando, apenas, que todo e qualquer crédito deve estar atualizado até a data da distribuição da recuperação judicial, *ex-vi* das expressas regras dos artigos 49 e 9º, II da LRF e da inafastável *par conditio creditorum*.

38. Assim, considerando a apresentação dos documentos a que alude o art. 9º, III, da LRF, pelo Requerente, e da concordância da parte devedora, esta Administração Judicial acolhe a habilitação, para que passe a constar o valor de R\$ 71.551,54 (setenta e um mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) na classe I (trabalhistas) em favor de Cleverson de Oliveira Santana.

III.1.b Rodrigo Lima de Oliveira

39. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Rodrigo Lima de Oliveira, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão do crédito no valor de R\$ 22.664,39 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos) em seu favor, na classe I (trabalhistas).

40. Em anexo à habilitação, o Requerente apresentou cópias do processo trabalhista nº 0101840-86.2016.5.01.0342, incluindo inicial, sentença, cálculos, homologação de cálculos e certidão de crédito, além de cópias do incidente de habilitação de crédito ajuizado na ocasião da prévia recuperação judicial do Grupo Pakera, o qual restou procedente para determinar a inclusão do crédito na quantia ora requerida.

41. Ante o exposto, acolhe-se a habilitação, a fim de que passe a constar o valor de R\$ 22.664,39 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos) em favor de Rodrigo Lima de Oliveira na classe I (trabalhistas).





III.1.c Roseni Cavalcante da Silva Gama

42. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Roseni Cavalcante da Silva Gama, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 289.246,47 (duzentos e oitenta e nove mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº0010244-30.2014.5.01.0491.

43. Em anexo à habilitação, apresentou promoção da contadoria trabalhista e a planilha de atualização de cálculo abaixo, indicando o valor que ora pretende ver listado em seu favor:

RESUMO DA ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 289.246,47
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL TOTAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 26.639,68
> INSS RECLAMANTE	R\$ 7.123,49
> INSS RECLAMADA	R\$ 19.516,19
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	R\$ 10.835,52
CUSTAS PELAS RECLAMADAS	R\$ 426,44
TOTAL DEVIDO PELOS RECLAMADOS	R\$ 327.148,11

44. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas manifestaram concordância com o pleito acima, ressaltando, apenas, que todo e qualquer crédito deve estar atualizado até a data da distribuição da recuperação judicial, *ex-vi* das expressas regras dos artigos 49 e 9º, II da LRF e da inafastável *par conditio creditorum*.

45. Assim, considerando a apresentação dos documentos a que alude o art. 9º, III, da LRF, pela Requerente, e da concordância da parte devedora, esta Administração Judicial acolhe a habilitação, para que passe a constar o valor de R\$ 289.246,47 (duzentos e oitenta e nove mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos) na classe I (trabalhistas) em favor de Roseni Cavalcante da Silva Gama.





III.1.d Vanderlei de Jesus Farias

46. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Vanderlei de Jesus Farias, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 49.237,95 (quarenta e nove mil duzentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº0010262-17.2015.5.01.0491.

47. Em anexo à habilitação, apresentou (i) Ata de Audiência relativa ao processo trabalhista *supra*, ocorrida em 23 de novembro de 2015, na qual verifica-se que as partes conciliaram o pagamento de R\$ 30.543,40 (trinta mil quinhentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), em 20 parcelas mensais e sucessivas, havendo previsão de multa de 50% em caso de inadimplemento, (ii) promoção da contadoria trabalhista informando a dívida atualizada, já com a inclusão da multa, o que indica o descumprimento da avença, (iii) certidão de remessa dos autos à CAEX, e, por fim, (iv) a planilha de atualização de cálculo abaixo, indicando o valor que ora pretende ver listado em seu favor:

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: VANDERLEI DE JESUS FARIAS

Reclamado: EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA

Data Últ. Atualização: 16/07/2016

Data Liquidação: 09/08/2024

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LIQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	49.237,95
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	9.468,45
Total Devido Pelo Reclamado	58.706,40

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

- Valores corrigidos pelo índice 'Sem Correção', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST.
- Contribuições sociais sobre salários devidos sem acréscimo de juros e multa de mora, que serão apurados a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, caput, do Decreto no 3.048/1999).
- Juros SELIC (Receita Federal) a partir de 16/07/2016.
- Juros de mora sobre verbas apurados após a dedução da contribuição social devida pelo reclamante.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 23
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





48. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas manifestaram concordância com o pleito acima, ressaltando, apenas, que todo e qualquer crédito deve estar atualizado até a data da distribuição da recuperação judicial, *ex-vi* das expressas regras dos artigos 49 e 9º, II da LRF e da inafastável *par conditio creditorum*.

49. Assim, considerando a apresentação dos documentos a que alude o art. 9º, III, da LRF, pelo Requerente, e da concordância da parte devedora, esta Administração Judicial acolhe a habilitação, para que passe a constar o valor de R\$ 49.237,95 (quarenta e nove mil duzentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos) na classe I (trabalhistas) em favor de Vanderlei de Jesus Farias.

III.1.e Samuel dos Santos de Sá

50. O credor Samuel dos Santos de Sá, listado na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 502.231,59 (quinhentos e dois mil duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), enviou divergência de crédito a esta Administração Judicial, através de correio eletrônico, afirmando, tão somente, que o referido valor estaria atualizado com base em sentença proferida há sete anos.

51. O Requerente não instruiu a divergência com nenhum documento comprobatório do crédito, a que se refere o art. 9º, III, da LRF, impossibilitando este Administrador Judicial de realizar a análise administrativa, não tendo, sequer, indicado o quanto entende ser devido neste momento.

52. Na ocasião do contraditório administrativo, as Recuperandas apresentaram o cálculo abaixo, elaborado pela contadoria trabalhista no âmbito do processo nº 0100453-40.2017.5.01.0491, que aponta a atualização até fevereiro de 2024:





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	502.231,59
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	84.274,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE PARA FAZENDA NACIONAL	14.099,45
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	1.000,00
Total Devido Pelo Reclamado	601.605,04

53. Diante do exposto, considerando que o credor não apresentou qualquer documento, e também não indicou o *quantum* entende devido, rejeita-se a divergência, a fim de manter o crédito tal como listado, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 502.231,59 (quinhentos e dois mil duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos).

III.1.f Jéssica Costa do Nascimento

54. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Jéssica Costa do Nascimento, através de correio eletrônico, na qual afirma que seu crédito, listado na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 27.805,86 (vinte e sete mil oitocentos e cinco reais e oitenta e seis centavos), na verdade corresponde a R\$ 22.230,36 (vinte e dois mil duzentos e trinta reais e trinta e seis centavos).

55. Em suas razões, afirma que o valor listado em seu favor não contemplaria honorários advocatícios e INSS, tendo instruído a divergência com petição inicial, sentença, certidão de crédito e planilha de cálculo oriundas da Ação Trabalhista nº 0101549-56.2018.5.01.0491.

56. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, as Recuperandas salientaram que o valor listado é o correto, e que o valor de honorários deverá ser inscrito em nome da patrona da credora, e as custas e INSS não são da sua competência.

57. Assiste razão às Recuperandas quanto aos honorários advocatícios, que devem ser habilitados pelo patrono titular, bem como em relação às custas e honorários, que sequer devem ser objeto de habilitação, conforme dispõe o art. 187 do Código Tributário Nacional.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 25
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

58. Quanto ao crédito listado em favor da Requerente, vale destacar que se trata do exato valor constante da planilha de cálculo que a própria anexou à divergência. Confira-se:

Descrição:	Valor em Reais
Crédito líquido do reclamante	R\$ 27.805,86
Honorários advocatícios	R\$ 2.780,59
INSS Rte+Rda	R\$ 565,55
INSS Rte	R\$ 106,88
INSS Rda	R\$ 458,67
Custas	R\$ 344,84
TOTAL	R\$ 31.496,84

59. Ante o exposto, rejeita-se a divergência, de modo a manter o crédito tal como listado, na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 27.805,86 (vinte e sete mil oitocentos e cinco reais e oitenta e seis centavos).

III.1.g José Carlos Nonato

60. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por José Carlos Nonato, através de correio eletrônico, na qual requer, tão somente, a habilitação do valor de R\$ 22.421,31 (vinte e dois mil quatrocentos e vinte e um reais e trinta e um centavos), na classe I (trabalhistas), este que já foi lançado pelas Recuperandas na relação de credores acostada aos presentes autos. Veja-se:

JOSE CARLOS NONATO	038 565 758-71	RUA A, 163 PARQUE SAYONARA (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25935-220	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 22.421,31
--------------------	----------------	---	------	----	----------------------	---------------

61. Assim, não havendo interesse de agir por parte do credor, que já está habilitado pelo valor que entende devido, rejeita-se a habilitação, a fim de manter o crédito tal como listado.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 26
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





III.1.h Rodrigo de Almeida Dias

62. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Rodrigo de Almeida Dias, através de correio eletrônico, na qual afirma que seu crédito, listado na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 52.402,49 (cinquenta e dois mil quatrocentos e dois reais e quarenta e nove centavos), na verdade corresponde a R\$ 59.474,55 (cinquenta e nove mil quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

63. Em anexo à divergência, apresentou cópias da sua CTPS, bem como do acórdão proferido no âmbito do Recurso Ordinário Trabalhista nº 010054768.2020.5.01.0301, ao qual foi dado parcial provimento para excluir da condenação as multas dos artigos 467 e 477, § 8º, ambos da CLT.

64. O referido credor não apresentou mais nenhum documento apto a comprovar o valor que entende devido, nos termos do art. 9º, III, da LRF, como, por exemplo, os cálculos de liquidação homologados e a certidão de crédito trabalhista, a impor o não acolhimento do seu pleito.

65. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas aduziram que o crédito listado em favor do Requerente se consubstancia no valor líquido que lhe é devido, e que o montante pleiteado é o valor total da execução, incluindo honorários e INSS, que não integram seu crédito.

66. Assim, não tendo o credor logrado êxito em comprovar o que o montante que aponta como devido, rejeita-se a divergência, a fim de manter o crédito listado na classe I (trabalhistas) pelo valor de R\$ 52.402,49 (cinquenta e dois mil quatrocentos e dois reais e quarenta e nove centavos).

III.1.i Elias Rezende da Silva

67. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Elias Rezende da Silva, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 45.494,00 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e quatro reais) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0100671-29.2021.5.01.0491.





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

68. Em anexo à habilitação, apresentou (i) promoção da contadoria trabalhista informando a dívida atualizada (ii) certidão de remessa dos autos à CAEX, e, por fim, (iii) a planilha de atualização de cálculo abaixo, indicando o valor que ora pretende ver listado em seu favor:

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: ELIAS REZENDE DA SILVA

Reclamado: EMPRESA DE MINERACAO DE AGUAS SANT'ANNA LTDA

Período do Cálculo: 01/07/2008 a 08/07/2019

Data Ajuizamento: 17/08/2021

Data Liquidação: 17/08/2023

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	Juros	Total
DOMINGOS E FERIADOS EM DOBRO	31.102,96	6.635,35	37.738,31
AVISO PRÉVIO SOBRE DOMINGOS E FERIADOS EM DOBRO	0,00	0,00	0,00
FÉRIAS + 1/3 SOBRE DOMINGOS E FERIADOS EM DOBRO	2.277,15	479,33	2.756,48
13º SALÁRIO SOBRE DOMINGOS E FERIADOS EM DOBRO	2.600,72	551,75	3.152,47
FGTS 8%	2.488,23	569,19	3.057,42
MULTA SOBRE FGTS 40%	995,29	225,12	1.220,41
Total	39.464,35	8.460,74	47.925,09

Percentual de Parcelas Remuneratórias e Tributáveis: 91,08%

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor	Descrição de Débitos do Reclamado por Credor	Valor
VERBAS	43.647,26	LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	45.494,00
FGTS	4.277,83	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	11.163,52
Bruto Devido ao Reclamante	47.925,09	HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	2.396,25
DEDUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.431,09)	IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00	IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Total de Descontos	(2.431,09)	Subtotal	59.053,77
Líquido Devido ao Reclamante	45.494,00	CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	400,00
		Total Devido pelo Reclamado	59.453,77

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Aplicada a prescrição quinquenal as verbas devidas em data anterior a 17/08/2016.
2. Aplicada prescrição ao FGTS devido em data anterior a 17/08/2016.
3. Prazo do aviso prévio apurado segundo a Lei nº 12.506/2011.
4. Avos de férias e/ou 13º salário apurados considerando a projeção do prazo do aviso prévio.
5. Valores corrigidos pelo índice 'IPCA-E' até 18/08/2021 e pelo índice 'Sem Correção' a partir de 17/08/2021, acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'IPCA-E' relativa a 08/2021.

Cálculo liquidado por CARLOS EDUARDO ALVES VELASCO na versão 2.11.1 em 17/08/2023 às 13:33:24.

Pág. 1 de 32

69. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas destacaram que o referido credor já se encontra listado pelo exato valor que ora pretende habilitar.

70. De fato, o Requerente já está listado na classe dos créditos trabalhistas pelo valor em questão, conforme se verifica do excerto abaixo:

ELIAS REZENDE DA SILVA	068.613.277-78	RUA JOSE PROCOPIO DA MATA, 229 VILA SERRANA (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25935-394	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 45.494,00
------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	---------------

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 28
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 28



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

71. Assim, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, mantendo-se o credor Elias Rezende da Silva tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.j Fábio de Albuquerque Franklin

72. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Fábio de Albuquerque Franklin, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 22.038,38 (vinte e dois mil trinta e oito reais e trinta e oito centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0102062-58.2017.5.01.0491.

73. Em anexo à habilitação, apresentou planilha de atualização de cálculo e promoção da contadoria trabalhista informando a dívida atualizada, a qual aponta o exato valor que ora pretende ver listado em seu favor. Confira-se:

Descrição do Saldo Devedor por Credor Valor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	22.038,38
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	477,38
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	527,42
Total Devido Pelo Reclamado	23.043,18

74. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas destacaram que o referido credor já se encontra listado pelo exato valor que ora pretende habilitar.

75. De fato, o Requerente já está listado na classe dos créditos trabalhistas pelo valor em questão, conforme se verifica do excerto abaixo:

FABIO DE ALBUQUERQUE FRANKLIN	092.402.217-51	RUA D, 210 - FRAGOSO (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25935-450	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 22.038,30
-------------------------------	----------------	--	------	----	----------------------	---------------

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 29
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





76. Assim, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, mantendo-se o credor Fábio de Albuquerque Franklin tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.I Ivison Alves Carneiro

77. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Ivison Alves Carneiro, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 52.925,97 (cinquenta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0101208-64.2017.5.01.0491.

78. Em anexo à habilitação, apresentou planilha de atualização de cálculo, decisão homologatória de cálculo e promoção da contadoria trabalhista informando a dívida atualizada, no valor de R\$ 39.928,04 (trinta e nove mil novecentos e vinte e oito reais e quatro centavos), que se consubstancia na quantia indicada pelo credor com dedução do depósito recursal realizado no processo *supra*. Confira-se:

PLANILHA 1:

Descrição:	Valor em Reais
Crédito líquido do reclamante	R\$ 52.925,97
Honorários periciais	R\$ 1.167,46
INSS Rte+Rda	R\$ 10.577,12
INSS Rte	R\$ 2.326,53
INSS Rda	R\$ 8.250,59
TOTAL	R\$ 64.670,55

PLANILHA 2: Com dedução do depósito recursal atualizado

Descrição:	Valor em Reais
Crédito do Reclamante	R\$ 52.925,97
Dedução do Depósito Recursal	R\$ 12.997,93
Crédito ainda devido ao Reclamante	R\$ 39.928,04
Honorários periciais	R\$ 1.167,46
INSS (Rte+Rda)	R\$ 10.577,12
INSS Rte	R\$ 2.326,53
INSS Rda	R\$ 8.250,59
TOTAL	R\$ 51.672,62





79. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas destacaram que o Requerente possui dois processos inscritos, quais sejam, processo nº 0101207-79.2017.501.0491, com crédito no valor de R\$ 88.793,57 (oitenta e oito mil setecentos e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos), e processo nº 0101208-64.2017.5.01.0491, com crédito no valor de R\$ 39.928,04 (trinta e nove mil novecentos e vinte e oito reais e quatro centavos).

80. As Recuperandas esclareceram, ainda, que o processo de que trata o requerimento de habilitação é o de nº 0101208-64.2017.5.01.0491, e que o valor pleiteado, ou seja, R\$ 52.925,97 (cinquenta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos), está correto, uma vez que no momento da listagem para a presente recuperação judicial restou apontada a dedução de um depósito recursal que, posteriormente, foi impugnado pela depositante, a empresa Saborama, e o valor do depósito foi devolvido a esta.

81. Assim sendo, considerando a apresentação dos documentos originários da demanda trabalhista e a concordância da parte devedora, acolhe-se a habilitação, **de modo que no lugar de R\$ 39.928,04 (trinta e nove mil novecentos e vinte e oito reais e quatro centavos) passe a constar o valor de R\$ 52.925,97 (cinquenta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos)**, mantida a classe I (trabalhistas).

III.1.m Joaquim Rufino da Silva Pedro

82. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Joaquim Rufino da Silva Pedro, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 85.353,63 (oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº0101932-05.2016.5.01.0491.

83. Em anexo à habilitação, apresentou planilha de atualização de cálculo, certidão de remessa dos cálculos à CAEX e promoção da contadoria trabalhista informando a dívida atualizada, no valor apontado pelo Requerente. Confira-se:





RESUMO DA ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 85.353,63
FGTS DEPOSITAR	R\$ 5.914,28
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL TOTAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 18.031,30
> INSS RECLAMANTE	R\$ 3.862,84
> INSS RECLAMADA	R\$ 14.168,46
CUSTAS JUDICIAIS PELO RECLAMADO	R\$ 600,00
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA JOSÉ SAMPAIO DE LIMA REBELO	R\$ 1.220,00
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO	R\$ 111.119,21

84. Instadas a se manifestarem em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas destacaram que o Requerente possui dois processos inscritos, com créditos nos valores de R\$ 587.697,23 (quinhentos e oitenta e sete mil seiscentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos) e R\$ 91.267,91 (noventa e um mil duzentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos).

85. As Recuperandas esclareceram, ainda, que o processo de que trata o requerimento de habilitação é o de nº 0101932-05.2016.5.01.0491, e que o valor pleiteado, ou seja, R\$ 85.353,63 (oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), está correto, conforme os documentos extraídos na demanda trabalhista.

86. Assim sendo, considerando a apresentação dos documentos originários da demanda trabalhista e a concordância da parte devedora, acolhe-se a habilitação, **de modo que no lugar de R\$ 91.267,91 (noventa e um mil duzentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos), passe a constar o valor de R\$ 85.353,63 (oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos)**, mantida a classe I (trabalhistas).





III.1.n Leandro Cordeiro Moreira de Oliveira

87. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Leandro Cordeiro Moreira de Oliveira, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 144.769,84 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0101982-31.2016.5.01.0491.

88. Em anexo à habilitação, apresentou planilha de atualização de cálculo, certidão de remessa dos cálculos à CAEX e promoção da contadoria trabalhista informando a dívida atualizada, no valor apontado pelo Requerente. Confira-se:

DEVIDO PELO RECLAMADO	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 144.769,84
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 17.955,43
INSS RECLAMANTE	R\$ 4.788,15
INSS RECLAMADA	R\$ 13.167,28
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	R\$ 2.094,65

etronicamente por: AUGUSTO DA SILVA TRINDADE - Juntado em: 27/05/2024 14:21:25 - 2b80e15

Fls.: 3

TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO	R\$ 164.819,92
-----------------------------	----------------

89. Contudo, a despeito do pedido de habilitação, esta Administração Judicial verificou que o Requerente já está listado na classe dos créditos trabalhistas (classe I) pelo exato que ora postula, o que inclusive foi pontuado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo. Confira-se:

LEANDRO CORDEIRO MOREIRA DE OLIVEIRA	107.291.107-88	RUA VINTE E DOIS, LOTE 09, QUADRA 39 - PARQUE SAYONARA (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP. 25955-200	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 144.769,80
--------------------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	----------------





90. Assim, considerando que sequer há divergência quanto ao valor ou à classe, rejeita-se a habilitação, a fim de manter o crédito tal como listado, pelo valor de R\$ 144.769,84 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), na classe I (trabalhistas).

III.1.o Leonardo Ferreira Teixeira

91. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Leonardo Ferreira Teixeira, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 254.521,21 (duzentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e um reais e vinte e um centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº0100585-63.2018.5.01.0491.

92. Em anexo à habilitação, apresentou planilha de atualização de cálculo, certidão de remessa dos cálculos à CAEX e promoção da contadoria trabalhista informando a dívida atualizada, no valor apontado pelo Requerente. Confira-se:

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	254.521,21
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	48.085,49
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	12.730,41
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	87,04
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	800,00
Total Devido Pelo Reclamado	316.224,15

93. Todavia, como bem apontado pelas Recuperandas na ocasião do contraditório administrativo, a despeito do pedido de habilitação, o Requerente já está listado na classe dos créditos trabalhistas (classe I) pelo exato que ora postula:

LEONARDO FERREIRA TEIXEIRA	141.192.727-97	RUA DA NOSSA SENHORA GUIA, 790, CASA A - PIABETA (INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25831-686	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 254.521,21
----------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	----------------

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 34
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

94. Assim, considerando que sequer há divergência quanto ao valor ou à classe, rejeita-se a habilitação, a fim de manter o crédito tal como listado, pelo valor de R\$ 254.521,21 (duzentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e um reais e vinte e um centavos), na classe I (trabalhistas).

III.1.p Luiz Cláudio Dutra de Freitas

95. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Luiz Cláudio Dutra de Freitas, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº0101201-62.2023.5.01.0491.

96. Em anexo à habilitação, apresentou Ata de Audiência realizada no processo trabalhista *supra* em 29 de abril de 2024, na qual as partes conciliaram o pagamento da quantia de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), por meio REEF – Regime Especial de Execução Forçada.

97. Contudo, a despeito do pedido de inclusão da quantia em questão, como bem pontuado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo, o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:

LUIZ CLAUDIO DUTRA DE FREITAS	026.014.297-20	RUA MANE GARRINCHA, 0, conj 22 JARDIM IMBARRIE - DUQUE DE CAXIAS - RJ - CEP: 25271-594	Magé	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 150.000,00
-------------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	----------------

98. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 35
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





III.1.q Marcos Antônio da Silva Ribas

99. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Marcos Antônio da Silva Ribas, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 584.419,90 (quinhentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e dezenove reais e noventa centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0101678-32.2016.5.01.0491.

100. Em anexo à habilitação, apresentou planilha de cálculo, respectiva decisão homologatória e envio à CAEX, bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

DEVIDO PELOS RECLAMADOS SOLIDÁRIOS	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 584.419,90
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 151.491,87
INSS RECLAMANTE	R\$ 24.866,27
INSS RECLAMADA	R\$ 126.625,60
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	R\$ 19.439,13
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELOS RECLAMADOS (Acórdão Id:f095b80)	R\$ 1.200,00
TOTAL DEVIDO PELOS RECLAMADOS	R\$ 756.550,90

101. Contudo, a despeito do pedido de inclusão da quantia em questão, como bem pontuado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo, o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:

MARCO ANTONIO DA SILVA RIBAS	144.377.208-90	TRAVESSA PAPIA PIO XII, 8, FUNDOS - FIGUEIRA - MAGE - RJ - CEP: 25901-627	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 584.419,90
------------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	----------------

102. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

III.1.r Ricardo Dias da Silva

103. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Ricardo Dias da Silva, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 36.970,09 (trinta e seis mil novecentos e setenta reais e nove centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0101997-97.2016.5.01.0491.

104. Em anexo à habilitação, apresentou planilha de cálculo, respectiva decisão homologatória, decisão intimando a parte devedora para pagamento, bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	36.970,09
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	6.948,95
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA JOSE SAMPAIO DE LIMA REBELO	1.220,00
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA JOSE SAMPAIO DE LIMA REBELO	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE 0,00	0,00
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	600,00
Total Devido Pelo Reclamado	45.739,04

105. Contudo, a despeito do pedido de inclusão da quantia em questão, como bem pontuado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo, o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:

RICARDO DIAS DA SILVA	148.274.287-00	RUA SÃO LUIS, 51, CASA 01 - VILA CARVALHO (VILA INHOMIRIM) - MAGÉ - RJ - CEP: 25985-758	Magé	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 36.970,00
-----------------------	----------------	---	------	----	----------------------	---------------

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 37
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





106. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.s Rita de Cássia dos Santos Gino

107. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Rita de Cássia dos Santos Gino, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 76.274,13 (setenta e seis mil duzentos e setenta e quatro reais e treze centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0102375-53.2016.5.01.0491.

108. Em anexo à habilitação, apresentou planilha de cálculo, certidão de remessa dos cálculos à CAEX, bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

Descrição de Débitos do Reclamado por Credor Valor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	76.274,13
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	548,62
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
Subtotal	76.822,75
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	827,00
Total Devido pelo Reclamado	77.649,75

109. Contudo, a despeito do pedido de inclusão da quantia em questão, como bem pontuado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo, a Requerente já está listada na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:

rita de cassia dos santos gino	071.134.657-73	RUA DOMINGOS LOPES, LOTE 02, QUADRA 17 PARQUE SAYONARA II (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25932-792	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 76.274,13
--------------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	---------------

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 38
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





110. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pela credora, tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.t Rodrigo de Oliveira Carvalho

111. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Rodrigo de Oliveira Carvalho, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 113.857,42 (cento e treze mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº0101719-96.2016.5.01.0491.

112. Em anexo à habilitação, apresentou (i) Termo de Audiência relativo ao processo sobredito, ocorrida em 06 de julho de 2017, no qual verifica-se que as partes conciliaram o pagamento do valor de R\$ 26.019,20 (vinte e seis mil dezenove reais e vinte centavos), em 20 parcelas mensais e sucessivas, além de multa de 80% em caso de inadimplemento ou mora, (ii) planilha de cálculo, (iii) certidão de remessa dos cálculos à CAEX, (iv) bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

Descrição do Saldo Devedor por Credor Valor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	113.857,42
Total Devido Pelo Reclamado	113.857,42

113. Contudo, a despeito do pedido de inclusão da quantia em questão, esta Administração Judicial verificou que o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula, o que inclusive foi destacado pelas Recuperandas em contraditório administrativo. Confira-se:

RODRIGO DE OLIVEIRA CARVALHO	075.939.227-74	RUA G, 156 FRAGOSO (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25935-502	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 113.857,42
------------------------------	----------------	--	------	----	----------------------	----------------





114. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.u Rogério Luciano Borges

115. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Rogério Luciano Borges, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 53.155,07 (cinquenta e três mil cento e cinquenta e cinco reais e sete centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0101864-55.2016.5.01.0491.

116. Em anexo à habilitação, apresentou (i) planilha de cálculo, (iii) certidão de remessa dos cálculos à CAEX, (iii) bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

RESUMO DA ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 53.155,07
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL TOTAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 7.078,58
> INSS RECLAMANTE	R\$ 1.838,30
> INSS RECLAMADA	R\$ 5.240,28
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA UNIÃO - ADIANTAMENTO	R\$ 420,00
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA JOSÉ SAMPAIO DE LIMA REBELO	R\$ 800,00
CUSTAS JUDICIAIS PELO RECLAMADO	R\$ 614,17
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO	R\$ 62.067,82

117. Contudo, a despeito do pedido de inclusão da quantia em questão, como bem apontado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo, o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ROGERIO LUCIANO BORGES	098.462.657-35	RUA RODRIGUES ALVES, S/N, QUADRA 25 - LOTE 26 - PARQUE ESTRELA - DUQUE DE CAXIAS - RJ - CEP. 25275-440	Magé	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 89.892,11
------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	---------------

118. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.v Sérgio de Oliveira Alves

119. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Sérgio de Oliveira Alves, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 76.062,20 (setenta e seis mil sessenta e dois reais e vinte centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0101403-83.2016.5.01.0491.

120. Em anexo à habilitação, apresentou (i) Termo de Audiência relativo ao processo sobredito, realizada em 18 de setembro de 2018, na qual as partes conciliaram o pagamento da quantia de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) em 15 parcelas, sendo a Recuperanda responsável subsidiária pelo cumprimento da avença, (ii) planilha de cálculo, (iii) certidão de remessa dos cálculos à CAEX, (iv) bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

DEVIDO PELO RECLAMADO	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 76.062,20
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO	R\$ 76.062,20

121. Todavia, em que pese o pedido de inclusão da quantia em questão, como bem apontado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo, o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 41
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

SERGIO DE OLIVEIRA ALVES	717 641.277-49	RUA OTAVIO MANGABEIRA, 474 - C JARDIM MERITI - SAO JOAO DE MERITI - RJ - CEP: 25555-120	Magé	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 76.062,20
--------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	---------------

122. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.x Thiago Rodrigues da Cruz

123. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Thiago Rodrigues da Cruz, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 105.605,68 (cento e cinco mil seiscentos e cinco reais e sessenta e oito centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0101862-85.2016.5.01.0491.

124. Em anexo à habilitação, apresentou (i) planilha de cálculo, (ii) decisão homologatória de cálculo, (iii) intimação da parte devedora para pagamento da dívida, (iv) certidão de remessa dos cálculos à CAEX, (v) bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

DEVIDO PELO RECLAMADO	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 105.605,68
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 11.640,02
INSS RECLAMANTE	R\$ 3.412,41
INSS RECLAMADA	R\$ 8.227,61
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	R\$ 517,92
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO	R\$ 117.763,62

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 42
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





125. Todavia, em que pese o pedido de inclusão da quantia em questão, como bem apontado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo, o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:

THIAGO RODRIGUES DA CRUZ	144.232.937-81	ALAMEDA TRAUDINHA, 27 - JARDIM NAZARENO (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25936-195	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 105.605,68
--------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	----------------

126. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.y Ueliton Miranda Orlando

127. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Ueliton Miranda Orlando, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 90.653,05 (noventa mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinco centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0102224-87.2016.5.01.0491.

128. Em anexo à habilitação, apresentou (i) planilha de cálculo, (ii) decisão homologatória de cálculo, (iii) certidão de remessa dos cálculos à CAEX, (iv) bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

RESUMO DA ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 90.653,05
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL TOTAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 14.912,09
> INSS RECLAMANTE	R\$ 2.101,42
> INSS RECLAMADA	R\$ 12.810,67
CUSTAS JUDICIAIS PELO RECLAMADO	R\$ 1.200,00
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO	R\$ 106.765,14





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

129. Todavia, em que pese o pedido de inclusão da quantia em questão, como bem apontado pelas Recuperandas em sede de contraditório administrativo, o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:

UELITON MIRANDA ORLANDO	108 352 877-77	ESTRADA DA SERRA VELHA, 206 - CENTRO (VILA INHOMIRIM) - MAGÉ - RJ - CEP: 25933-760	Magé	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 90.653,00
-------------------------	----------------	--	------	----	----------------------	---------------

130. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.z Vitor de Almeida Neves

131. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Vitor de Almeida Neves, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 14.695,93 (quatorze mil seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos) em seu favor na classe I (trabalhistas), oriunda da Ação Trabalhista nº 0100366-50.2018.5.01.0491.

132. Em anexo à habilitação, apresentou (i) planilha de cálculo, (ii) decisão homologatória de cálculo, (iii) certidão de remessa dos cálculos à CAEX, (iv) bem como promoção da contadoria trabalhista, apontando o valor que ora postula. Confira-se:

RESUMO DA ATUALIZAÇÃO DO CÁLCULO	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	R\$ 14.695,93
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL TOTAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS	R\$ 4.309,85
> INSS RECLAMANTE	R\$ 642,51
> INSS RECLAMADA	R\$ 3.667,34
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA PATRONO DO RECLAMANTE	R\$ 1.469,59
CUSTAS JUDICIAIS PELO RECLAMADO	R\$ 500,00
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA JOSE SAMPAIO DE LIMA REBELO	R\$ 2.329,40
TOTAL DEVIDO PELO RECLAMADO	R\$ 23.304,77

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 44
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

133. Todavia, em que pese o pedido de inclusão da quantia em questão, esta Administração Judicial verificou que o Requerente já está listado na relação de credores pelo exato valor que postula. Confira-se:

VITOR DE ALMEIDA NEVES	111.597.417-35	AVENIDA ROBERTO DA SILVEIRA, 647, CASA 03 VILA CARVALHO (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25935-514	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 14.695,93
------------------------	----------------	--	------	----	----------------------	---------------

134. Assim sendo, esta Administração Judicial rejeita a habilitação, a fim de manter o crédito, que não sofreu qualquer objeção pelo credor, tal como listado na classe I (trabalhistas).

III.1.a.i Edinaldo de Albuquerque Borges

135. O credor Edinaldo de Albuquerque Borges, inscrito na classe I (trabalhistas), pelo valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ao receber a correspondência enviada por esta Administração Judicial, apresentou habilitação de crédito, indicando o exato montante listado em seu favor.

136. Em anexo ao pedido de habilitação, apresentou petição inicial e ata de audiência originárias da ação trabalhista nº 0100851-74.2023.5.01.0491.

137. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas aduziram que o Requerente já está listado pelo valor que lhe é devido, qual seja, R\$8.000,00 (oito mil reais), na classe I (trabalhistas).

138. Assim, não havendo divergência ao *quantum* listado, tampouco à classe, rejeita-se a habilitação, mantendo-se o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) na classe I (trabalhistas).

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 45
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





III.1.a.ii Viviane Dantas da Silva

139. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Viviane Dantas da Silva, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 32.674,31 (trinta e dois mil seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos) em seu favor, oriunda da Reclamação Trabalhista nº 0101521-88.2018.5.01.0491.

140. Em anexo ao pedido de habilitação, apresentou certidão de crédito trabalhista e Carteira de Trabalho e Previdência Social.

141. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram sua não oposição ao pleito, desde que os valores estejam atualizados até a data do pedido de recuperação judicial.

142. Cumpre destacar, contudo, que a Requerente já consta listada na Relação de Credores com o crédito no valor ora pleiteado, qual seja, R\$ 32.674,31 (trinta e dois mil seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos), na classe I (trabalhistas).

143. Diante do exposto, rejeita-se a habilitação, considerando que o crédito pretendido de R\$ 32.674,31 (trinta e dois mil seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos), já se encontra listado na relação de credores, na classe I (trabalhistas).

III.1.a.iii Alexsandro Ferreira de Araújo

144. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Alexsandro Ferreira de Araújo, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 148.495,22 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos) em seu favor, oriunda da Reclamação Trabalhista nº 0100977-71.2016.5.01.0491.





145. Da esmiuçada análise dos documentos que instruíram a habilitação, foi possível verificar que o Requerente apresentou promoção da contadoria trabalhista, planilha de cálculo e certidão de remessa à CAEX, oriundas da demanda trabalhista sobredita, deixando de apresentar a petição inicial, sentença e certidão de crédito, documentos comprobatórios a que alude o art. 9º, III, da LRF.

146. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas ressaltaram que o credor já encontra inscrito pelo exato valor que postula, qual seja, R\$ 148.495,22 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos), na classe I (trabalhistas), o que, de fato, se atesta da leitura da relação de credores acostada aos autos.

147. Diante do exposto, rejeita-se a habilitação, considerando que o crédito pretendido de R\$ 148.495,22 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos), já se encontra listado na relação de credores, na classe I (trabalhistas), e, não tendo havido qualquer divergência, assim será mantido.

III.1.a.iv Aloísio Rufino Pedro

148. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Aloísio Rufino Pedro, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) em seu favor, oriunda de acordo celebrado nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0100744-30.2023.5.01.0491.

149. Da análise dos documentos que instruíram a habilitação, verifica-se que o Requerente anexou a Ata de Audiência realizada em 06 de dezembro de 2023 nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0100744-30.2023.5.01.0491, prevendo o pagamento da quantia de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), em troca da quitação do que foi postulado na inicial.

150. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas destacaram que o valor postulado está correto e que já se encontra inscrito na relação de credores.





151. Esta Administração Judicial esclarece que, de fato, o Requerente já consta listado na relação de credores com o crédito no valor ora pleiteado, qual seja, R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na classe I (trabalhistas).

152. Assim, rejeita-se a habilitação, considerando que o crédito pretendido de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), já se encontra listado na relação de credores, na classe I (trabalhistas), e, não tendo havido qualquer divergência, assim será mantido.

III.1.a.v André Luiz da Silva

153. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por André Luiz da Silva, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 124.978,13 (cento e vinte e quatro mil novecentos e setenta e oito reais e treze centavos) em seu favor, oriunda da Reclamação Trabalhista nº 0101662-44.2017.5.01.0491.

154. Da análise dos documentos que instruíram a habilitação, foi possível verificar que o Requerente apresentou promoção da contadoria trabalhista, planilha de cálculo e remessa à CAEX, deixando de apresentar petição inicial, sentença e certidão de crédito, documentos comprobatórios a que alude o art. 9º, III, da LRF.

155. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas ressaltaram que o credor já está inscrito na relação de credores pelo exato valor que postula, o que, de fato, se verifica ao compulsar os presentes autos, não havendo qualquer divergência a ser analisada.

156. Diante do exposto, rejeita-se a habilitação, considerando que o crédito pretendido, qual seja, R\$ 124.978,13 (cento e vinte e quatro mil novecentos e setenta e oito reais e treze centavos), já se encontra listado na relação de credores, na classe I (trabalhistas), e o credor não manifestou nenhuma divergência ao *quantum* listado ou à classe.





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

III.1.a.vi Cleiton Batista da Costa

157. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Cleiton Batista da Costa, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 70.996,43 (setenta mil novecentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos) em seu favor, oriunda de condenação nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0100056-15.2016.5.01.0491.

158. Da análise dos documentos que instruíram a divergência, foi possível verificar que o Requerente apresentou promoção da contadoria trabalhista, planilha de cálculos e certidão de remessa à CAEX, todos oriundos da demanda trabalhista sobredita, deixando de apresentar a petição inicial, sentença, e certidão de crédito, documentos comprobatórios a que alude o art. 9º, III, da LRF.

159. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram que o credor já está inscrito na relação de credores pelo exato valor que postula, o que de fato se verifica. Veja-se:

CLEITON BATISTA DA COSTA	114.476.107-76	RUA NORTE, N 19, CS 02 QDR 02 CIDADE HORACIO (VILA INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25931-262	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 70.996,43
--------------------------	----------------	---	------	----	----------------------	---------------

160. Assim, rejeita-se a habilitação, considerando que o crédito pretendido de R\$ 70.996,43 (setenta mil novecentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos), já se encontra listado na relação de credores, na classe I (trabalhista).

III.1.a.vii Dirlene de Oliveira Rosa

161. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Dirlene de Oliveira Rosa, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 71.551,54 (setenta e um mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) em seu favor, oriunda da Reclamação Trabalhista nº 0100359-92.2017.5.01.0491.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 49
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





162. Ocorre, porém, que a Requerente já está inscrita na relação de credores, na classe I (trabalhistas), pelos seguintes valores:

DIRENE DE OLIVEIRA ROSA	022.159.127-31	RUA HILDA MANHAES, n 40 casa 04 - PIABETA (INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25931-814	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 184.281,68
DIRENE DE OLIVEIRA ROSA	022.159.127-31	RUA HILDA MANHAES, n 40 casa 04 - PIABETA (INHOMIRIM) - MAGE - RJ - CEP: 25931-814	Mage	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 13.655,98

163. Da análise dos documentos que instruíram a habilitação, foi possível verificar que a Requerente apresentou apenas a promoção da contabilidade acostada à sobredita demanda trabalhista, na qual, inclusive, consta o crédito listado em R\$ 184.281,68 (cento e oitenta e quatro mil duzentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos), deixando de apresentar a petição inicial, sentença, decisão homologatória dos cálculos e certidão de crédito, documentos comprobatórios do crédito, a que alude o art. 9º, III, da LRF.

164. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram sua não oposição ao pleito, desde que os valores estejam atualizados até a data do pedido de recuperação judicial.

165. Ante o exposto, rejeita-se a habilitação, sendo mantido o crédito tal como listado na relação de credores, isto é, no valor total de R\$ 197.937,66 (cento e noventa e sete mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), na classe I (trabalhistas).

III.1.a.viii Douglas Gomes de Lima

166. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Douglas Gomes de Lima, por meio de correio eletrônico, na qual requer a inclusão da quantia de R\$ 105.667,24 (cento e cinco mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos) em seu favor, oriunda da Reclamação Trabalhista nº 0101779-69.2016.5.01.0491.





167. Da análise dos documentos que instruíram a habilitação, foi possível verificar que o Requerente apresentou planilha de débitos, promoção da contadoria trabalhista, decisão homologatória de cálculos e certidão de remessa à CAEX, ausentes a petição inicial, sentença e certidão de crédito trabalhistas.

168. Contudo, como bem pontuado pelas Recuperandas em contraditório administrativo, o Requerente já está listado na classe I (trabalhistas) pelo exato valor que ora postula. Confira-se:

DOUGLAS GOMES DE LIMA	141.947.637-85	RUA ZAQUIA JORGE, 10, CASA 10 - TRAV SJ - FREGUESIA (ILHA DO GOVERNADOR) - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 21911-270	Magé	RJ	PROCESSO TRABALHISTA	R\$ 105.667,20
-----------------------	----------------	---	------	----	----------------------	----------------

169. Assim, não havendo qualquer divergência quanto à classe ou ao valor listados, rejeita-se a habilitação, a fim de manter o valor de R\$ 105.667,24 (cento e cinco mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos), na classe I (trabalhistas).

III.2 Classe III – Créditos Quirografários

III.2.a Vogler Ingredients Ltda.

170. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Vogler Ingredients Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual aduz que o crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), no valor de R\$ 74.737,80 (setenta e quatro mil setecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), deve ser retificado para a quantia de R\$ 101.194,06, o que corresponde a uma diferença de R\$ 26.456,26 (vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos).

171. Em suas razões, afirma que seu crédito tem origem na relação comercial de compra de matéria prima, lastreada na Nota Fiscal nº 0237434 – parcelas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 – e canhotos de recebimento assinados pela Recuperanda, cujo valor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial é R\$ 101.194,06 (cento e um mil cento e noventa e quatro reais e seis centavos).





172. Na instrução da divergência, apresentou cópias da Execução de Título Extrajudicial nº 0803161-46.2023.8.19.0075, além da Nota Fiscal nº 0237434, que é objeto da referida Execução e instrumento particular de confissão de dívida, em atenção ao que preconiza o art. 9º, III, da LRF.

173. As Recuperandas, em sede de contraditório administrativo, exararam concordância com o pedido de retificação, destacando que a atualização do crédito deve ser feita até a data do pedido de recuperação judicial, inclusive em atenção ao princípio da *par conditio creditorum*.

174. Assim, estando o pleito em consonância com a Lei de regência, esta Administração Judicial acolhe a divergência, de modo que passe a constar o valor de R\$ 101.194,06 (cento e um mil cento e noventa e quatro reais e seis centavos), na classe III (quirografários), em favor da Vogler Ingredients Ltda.

III.2.b Wild Amazon Flavors Concentrados e Corantes para Bebidas Ltda.

175. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Wild Amazon Flavors Concentrados e Corantes para Bebidas Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual afirma que seu crédito corresponde ao valor total de R\$ 227.530,71 (duzentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta reais e setenta e um centavos), divergindo, portanto, do montante listado em seu favor, este que não teria considerado o pagamento já realizado, no valor de R\$ 51.929,95 (cinquenta e um mil novecentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos), durante o cumprimento do PRJ homologado na primeira Recuperação Judicial do Grupo Pakera.

176. A divergência foi instruída com a Relação de Credores e o PRJ da primeira Recuperação Judicial do Grupo Pakera, bem como memória de cálculos atualizada até a data deste pedido de Recuperação Judicial.

177. Da análise dos documentos em questão, constatou-se que o Requerente foi listado pelo valor de R\$ 490.154,00 (quatrocentos e noventa mil cento e cinquenta e quatro reais), o qual, após a aplicação do deságio previsto na cláusula 4.4.1.1 do PRJ, passou a perfazer o montante de R\$ 245.077,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e setenta e sete reais).





178. Em consulta à memória de cálculos apresentada pela Requerente, verifica-se que as Recuperandas realizaram o pagamento do valor total de R\$ 51.928,075 (cinquenta e um mil novecentos e vinte e oito reais e oito centavos) durante o cumprimento do PRJ da prévia recuperação judicial, restando em aberto a quantia de R\$ 227.530,71 (duzentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta reais e setenta e um centavos), devidamente atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial.

179. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram não se opor à retificação do crédito pretendida, ressalvando que deve constar tão somente pelo seu valor principal, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, *ex-vi das expressas regras dos artigos 49 e 9º, II da Lei 11.101/05 e da inafastável pars conditio creditorum*.

180. Ante o exposto, acolhe-se a divergência, de modo a retificar o crédito atualmente listado para o valor de R\$ 227.530,71 (duzentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta reais e setenta e um centavos), na classe III (quirografários).

III.2.c Gameiro Advogados

181. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Gameiro Advogados, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, pelo valor de R\$ 461.119,53 (quatrocentos e sessenta e um mil cento e dezenove reais e cinquenta e três centavos), na classe III (quirografários), requerendo a retificação para o montante de R\$ 535.536,96 (quinhentos e trinta e cinco mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos), e para a classe I (trabalhistas).

182. A divergência foi instruída com: **(i)** Contrato de Cessão de Direitos Creditórios, **(ii)** Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, **(iii)** notas fiscais, **(iv)** faturas referentes a prestação de serviços advocatícios, e **(v)** memória de cálculos.





183. Em suas razões, afirma que o crédito atualmente listado em seu favor corresponde ao Contrato de Cessão de Créditos celebrado com as Recuperandas, o qual previa a transferência dos direitos creditórios referentes aos valores depositados judicialmente nos autos nº 5008279-38.2010.4.04.7000 e 5028332- 69.2012.4.04.7000, em trâmite na 1ª Vara Federal de Curitiba, Paraná, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cujo levantamento foi indeferido por aquele Juízo em ambas as ações.

184. Sustenta que, em razão da impossibilidade de obtenção do crédito cedido, permanecem inadimplidas as notas fiscais e faturas referente aos Contratos de Prestação de Serviços Advocatícios firmado com a Empresa de Mineração Águas de Sat'Anna Ltda. e a Refrigerantes Pakera Ltda.

185. Ademais, aduz que seu crédito foi listado equivocadamente na classe III (quirografários), uma vez que possui natureza trabalhista, devendo ser reclassificado para classe I (trabalhistas).

186. Da análise da documentação anexada pelo Requerente, verifica-se que o crédito pretendido se refere a honorários advocatícios oriundos de contratos de prestação de serviços, bem como que as notas fiscais e faturas possuem fato gerador anterior ao pedido de recuperação judicial, ocorrido em 09 de agosto de 2024. Dessa forma, trata-se de crédito concursal, nos termos do art. 49 da LRF.

187. Quanto ao pedido de alteração de classe, esta Administração Judicial entende assistir razão ao Requerente, considerando o pacífico entendimento jurisprudencial acerca da natureza alimentar dos honorários advocatícios, os quais se equiparam aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação na Recuperação Judicial

188. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram sua não oposição ao pleito, desde que os valores estejam atualizados até a data do pedido de recuperação judicial.

189. Assim, acolhe-se a divergência, de modo que o crédito de Gameiro Advogados seja retificado para o valor de R\$ 535.536,96 (quinhentos e trinta e cinco mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos), e para a classe I (trabalhistas).





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

III.2.d Guaranoplast Indústria de Embalagens Ltda.

190. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Guaranoplast Indústria de Embalagens Ltda., através de correio eletrônico, por meio da qual informa que o comunicado recebido a respeito da indicação do crédito por ela devido no montante de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) estaria equivocado, uma vez que é detentora do crédito de R\$ 957.692,29 (novecentos e cinquenta e sete mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos).

191. A divergência foi instruída com notas fiscais e canchotos do recebimento dos produtos.

192. Não obstante o afirmado pela Requerente, cumpre destacar que esta Administração Judicial, ao notificá-la via e-mail, indicou expressamente que seu crédito foi listado na classe III (quirografários) pelo valor total de R\$ 957.692,30 (novecentos e cinquenta e sete mil seiscentos e noventa e dois reais e trinta centavos):

Ref. Proc. nº 0804849-50.2024.8.19.0029

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – 1ª Vara Cível da Comarca de Magé

Prezado (a) Senhor (a)

Na qualidade de Administrador Judicial, nomeado pelo r. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Magé, Estado do Rio de Janeiro, **COMUNICO** que, no dia 11 de novembro de 2024, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das sociedades **PAN-RIO COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA (CNPJ 10.711.787/0001-53)**, **ATLÂNTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA., (CNPJ 13.708.133/0001-69)** e **REFRIGERANTES PAKERA LTDA (CNPJ 28.931.863/0001-00)** e **EMPRESA DE MINERAÇÃO DE ÁGUAS SANT'ANNA LTDA (CNPJ 04.574.135/0001-11)** nos autos do processo judicial assinalado.

Em cumprimento ao artigo 22, I, "a", da Lei nº 11.101/2005, serve a presente para lhe **NOTIFICAR** de que seu crédito foi incluído na lista de credores apresentada no Id. 136404399, tendo sido assim classificado:

VALOR TOTAL: **R\$957.692,30**

CLASSIFICAÇÃO: **CLASSE III**

NATUREZA: **QUIROGRAFÁRIO**

Caso haja divergência com relação ao valor e/ou classificação do crédito, **INFORMO** que as Impugnações e as habilitações poderão ser apresentadas no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da publicação do edital de credores, na forma do art. 2º, §1º, da Lei nº 11.101/05, através de correspondência com aviso de recebimento ou, preferencialmente, através do endereço de e-mail **pakera@mcaa.adv.br**.

Para qualquer esclarecimento acerca do processo de Recuperação Judicial em apreço, comunico que estou à disposição, preferencialmente, através do referido endereço de e-mail **pakera@mcaa.adv.br** ou através do telefone (21) 2544-0989 ou ainda no endereço da Avenida Almirante Barroso nº 52, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

193. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas ressaltaram que o valor listado é o correto.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 55
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





194. Assim, considerando que a credora já se encontra listada pelo valor que entende devido, rejeita-se a divergência, a fim de manter o valor de R\$ 957.692,30 (novecentos e cinquenta e sete mil seiscientos e noventa e dois reais e trinta centavos) na classe III (quirografários).

III.2.e IBAMA-INSTITUTO BRAS. DO MEIO AMBIEN E DOS REC NAT

195. Trata-se de divergência de crédito apresentada, através de e-mail, por IBAMA-INSTITUTO BRAS. DO MEIO AMBIEN E DOS REC NAT, listado na classe III (quirografários), pelo valor de R\$1.854,96 (um mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), na qual não aponta o valor que entende devido, e apresenta apenas as relações de débitos inscritos em nome das Recuperandas.

196. Para além da ausência de indicação da quantia que entende devida, a credora não apresentou qualquer outro documento para fins de verificação administrativa do seu crédito, como determina o art. 9º da Lei 11.101/2005, o que inviabilizou a análise desta Administração Judicial.

197. Ante o exposto, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado na relação de credores, isto é, pelo valor de R\$ 1.854,96 (um mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), na classe III (quirografários).

III.2.f Sensient Technologies Brasil Ind. Com. Imp. e Exp.

198. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Sensient Technologies Brasil Ind. Com. Imp. e Exp., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 170.075,81 (cento e setenta mil setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), afirmando que, na verdade, seu crédito corresponde a R\$ 386.179,42 (trezentos e oitenta e seis mil cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).





199. A divergência foi instruída com as Notas Fiscais nº 29.934, 30.210, 30.447, 30.626 e 32.020, emitidas em razão da compra e venda de mercadorias, ausentes, contudo, os comprovantes de recebimento das mercadorias, elemento essencial à verificação do crédito da Sensient.

200. A credora deixou de apresentar, também, a memória de cálculo do seu crédito atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, 09 de agosto de 2024, tendo, dessa forma, descumprido o que determina o art. 9º, II e III, da LRF.

201. Para além disso, como esclarecido pelas Recuperandas em contraditório administrativo, as notas fiscais apresentadas pela credora são referentes aos anos de 2015 e 2016 e, portanto, sujeitas ao plano de recuperação judicial da prévia e findada recuperação judicial, no qual foi aplicado um deságio de 50% sobre o valor do crédito, perfazendo a quantia listada na relação de credores, isto é, R\$ 170.075,81.

202. Quanto à classe, ressaltaram que deve ser devidamente comprovada a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte para a listagem na classe IV.

203. Ante o exposto, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado na relação de credores, isto é, pelo valor de R\$ 170.075,81 (cento e setenta mil setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), na classe III (quirografários).

III.2.g Distribuidora Probe Ltda. e HBarbosa Organização e Cobranças Ltda. ME

204. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela Distribuidora Probe Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 7.543.913,30 (sete milhões quinhentos e quarenta e três mil novecentos e treze reais e trinta centavos).





205. A divergência foi apresentada pela Distribuidora Probe em conjunto com a HBarbosa Organização e Cobranças Ltda. ME, e chamada de *habilitação e divergência de créditos*, tendo as Requerentes afirmado, de saída, que são credoras das Recuperandas no valor total de R\$ 9.036.594,46 (nove milhões trinta e seis mil quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos), com data base em novembro de 2023, segmentado entre verba indenizatória devida à Probe e honorários de sucumbência devidos à Hbarbosa.

206. Aduzem que tais valores têm origem na Ação Indenizatória nº 0000109-88.2001.8.19.0029, ora em fase de cumprimento de sentença, movida pela Probe em face da Recuperanda Pakera, na qual a devedora teria tentado realizar um acordo visando a pôr fim à referida ação, confessando e ratificando expressamente sua dívida, bem como indicando a JJ Distribuidora e Comércio EIRELI como potencial compradora dos referidos créditos.

207. Acrescentam que a avença em questão compreendeu a parcela indenizatória devida à Probe e os honorários advocatícios devidos à Hbarbosa, e destacam que esta última se tornou titular do crédito relativo a honorários em decorrência da cessão de créditos celebrada com o escritório Hélio Barbosa & Associados – Advocacia Empresarial e Societária, que no passado patrocinou a ação que deu origem aos créditos com as Recuperandas.

208. As Requerentes rememoram que, proferida sentença na ação indenizatória, e após as partes celebrarem acordo quanto a parte líquida da condenação, iniciou-se a liquidação da parcela ilíquida, cujo valor originário é objeto do atual Cumprimento de Sentença nº 0000109-88.2001.8.19.0029 que, em março de 2017, perfazia o total de R\$ 3.067.983,38 (três milhões sessenta e sete mil novecentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos), dos quais 80% (oitenta por cento) eram atinentes à indenização devida à Probe e 20% (vinte por cento) atinentes aos honorários de sucumbência arbitrados na fase de conhecimento.

209. Afirmam que a Recuperanda ficou inerte tanto em relação à impugnação dos valores quanto ao pagamento da dívida, que, nesse cenário, tornou-se incontroversa e vem sofrendo acréscimos de correção monetária, juros e nova sucumbência na fase de cumprimento de sentença.





210. De acordo com as Requerentes, a despeito de confessada a dívida por meio de instrumento de cessão, a Cessionária JJ Distribuidora e Comércio EIRELI não honrou o acordado, o que acabou levando à rescisão do referido pacto e a retomada do Cumprimento de Sentença nº 0000109-88.2001.8.19.0029, nos termos de Cláusula 7.c1, ii.

211. Assim, asseveram que, ainda em abril de 2024, a dívida correspondia a R\$ 9.043.913,35 (nove milhões quarenta e três mil novecentos e treze reais e trinta e cinco centavos), dividida da seguinte forma:

R\$ 9.036.594,46	"Valor Confessado da Dívida" – Nov 2023
- R\$ 1.500.000,00	Valor pago pela "JJ Distribuidora" conforme Doc. 03
= R\$ 7.536.594,46	Subtotal
+ 20%	Multa, conforme Cláusula 7, c.1 - Doc. 03
= R\$ 9.043.913,35	Total conjunto dos Créditos em Abril 2024

212. Neste contexto, sustentam que, com o pedido de recuperação judicial, houve a necessidade de individualizar e classificar os créditos da Probe e da Hbarbosa, bem como de atualizar o montante até a data do pedido de recuperação, já que as Recuperandas não teriam feito a devida individualização, além de não terem considerado a multa de 20% (vinte por cento) decorrente da rescisão do instrumento de cessão da dívida.

213. As Requerentes prosseguem no afirmar de que, sobre esses valores, há de se proceder aos seguintes ajustes complementares, para fins de identificação do valor exato a ser habilitado em prol da Probe e Hbarbosa:

(i) decote dos valores efetivamente recebidos por cada um nos termos do instrumento de Doc. 03;

(ii) acréscimo da multa de 20%, conforme "Cláusula 7, c.1" do instrumento de Doc. 03; e





(iii) *acréscimo de juros de correção entre a data da resolução do instrumento de Doc. 03 (Abril 2024) e o pedido de Recuperação Judicial (Agosto 2024).*

214. Assentam que os créditos se apresentam da seguinte forma:

"PROBE"	
R\$ 6.641.516,34	Percentual sobre "Valor Confessado da Dívida" – Nov 2023 (reestabelecido então em face da resolução do instrumento de <u>Doc. 03</u> , conforme Cláusula 7.c1, ii do mesmo, acima já transcrita)
- R\$ 750.000,00	Valor pago pela "JJ Distribuidora" conforme Doc. 03
= R\$ 5.891.516,34	Subtotal
+ 20% (R\$ 1.178.303,26)	Multa, conforme Cláusula 7, c.1 - Doc. 03
= R\$ 7.069.819,60	Subtotal - Abril 2024
+ R\$ 261.583,33	Atualização Abril a Agosto 2024
R\$ 7.331.402,93	TOTAL HABILITAÇÃO "PROBE"

"HBARBOSA"	
R\$ 2.395.078,11	Percentual sobre "Valor Confessado da Dívida" – Nov 2023 (reestabelecido então em face da resolução do instrumento de <u>Doc. 03</u> , conforme Cláusula 7.c1, ii do mesmo, acima já transcrita)
- R\$ 750.000,00	Valor pago pela "JJ Distribuidora" conforme Doc. 03
= R\$ 1.645.078,11	Subtotal
+ 20% (R\$ 329.015,62)	Multa, conforme Cláusula 7, c.1 - Doc. 03
= R\$ 1.974.093,73	Total conjunto dos Créditos em Abril 2024
+ R\$73.041,47	Atualização Abril a Agosto 2024
R\$ 2.047.135,20	TOTAL HABILITAÇÃO "HBARBOSA"





215. Ao final, requerem a retificação do crédito listado em favor da Distribuidora Probe Ltda., para que passe a constar o valor de R\$ 7.331.402,93 (sete milhões trezentos e trinta e um mil quatrocentos e dois reais e noventa e três centavos), e a inclusão do crédito no valor de R\$ 2.047.135,20 (dois milhões quarenta e sete mil cento e trinta e cinco reais e vinte centavos) em favor da Hbarbosa Organização e Cobranças Ltda. ME, sendo:

“b.1) R\$ 227.700,00 (duzentos e vinte e sete mil e setecentos reais) na Classe I - “Credores Trabalhistas”;

b.2) R\$ 1.819.435,20 (um milhão, oitocentos e dezenove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), na Classe III - “Credores Quirografários”, por excedente do crédito ao limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos em vigor;”

216. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas elucidaram que o crédito devido à Probe é apenas aquele já devidamente listado na relação de credores, não havendo que se falar em aplicação da pretendida multa, eis que entendem que ela é manifestamente abusiva e desproporcional, e que o não pagamento integral do acordo celebrado entre as partes apenas se deu em razão do processo de reestruturação empresarial, respeitando-se, assim, a paridade dos credores.

217. Em anexo à divergência, foram apresentados **(i)** contrato de cessão de direito creditórios entre a Distribuidora Probe Ltda. e JJ Distribuidora e Comércio EIRELI, sendo Intervenientes Anuentes a Recuperanda Refrigerantes Pakera Ltda. e a Hbarbosa Organização e Cobrança Ltda. ME, **(ii)** sentença proferida na ação nº 0000109-88.2001.8.19.0029, **(iii)** contrato de cessão de crédito celebrado entre Hélio Barbosa e Associados, Advocacia Empresarial e Societária e Hbarbosa Organização e Cobranças Ltda. ME, relativo aos honorários advocatícios da ação referida, **(iv)** planilha de débitos atualizada até maio de 2023, oriunda da ação referida, **(v)** planilha atualizada até novembro de 2023, **(vi)** petição informação o descumprimento da avença nos autos de nº 0000109-88.2001.8.19.0029 e requerendo o prosseguimento do cumprimento de sentença, e **(vii)** planilhas de débito atualizadas até a data do pedido de recuperação judicial.





218. Como visto, o crédito em voga decorre de ação indenizatória, tendo sido objeto cessão à JJ Distribuidora e Comércio EIRELI, oportunidade em que a Recuperanda confessou a dívida, e, considerando o pagamento de apenas R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) pela Cessionária, foi requerido o prosseguimento do cumprimento de sentença nos autos de nº 0000109-88.2001.8.19.0029 em abril de 2024.

219. No entendimento da Administração Judicial, o crédito restou comprovado pelos documentos que instruíram a divergência, bem como pela análise da ação indenizatória em questão, esta que deve ficar suspensa, na forma do art. 6º, II, da LRF, considerando a submissão do crédito ao concurso instaurado neste feito, sendo devida, ainda, a multa por descumprimento da avença, que ocorreu antes do deferimento da cautelar em Id. 130854370, em julho de 2024.

220. Ante o exposto, acolhe-se a divergência, de modo que seja retificado o crédito listado em favor da Distribuidora Probe Ltda. na classe III (quirografários), passando a constar o valor de R\$ 7.331.402,93 (sete milhões trezentos e trinta e um mil quatrocentos e dois reais e noventa e três centavos), e que seja incluído na classe I (trabalhistas) o crédito no valor de R\$ 2.047.135,20 (dois milhões quarenta e sete mil cento e trinta e cinco reais e vinte centavos) em favor da Hbarbosa Organização e Cobranças Ltda. ME, não havendo que se falar em limitação a 150 salários-mínimos, pois não se trata de processo falimentar, não se aplicando, portanto, a regra prevista no art. 83, I, da LRF.

III.2.h Banco Safra S.A.

221. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo Banco Safra S.A., credor listado pelo valor de R\$ 215.644,38 (duzentos e quinze mil seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos) na classe III (quirografários), por meio da qual requer seja a integralidade do seu crédito excluída da relação de credores.





222. Em síntese, o credor requereu, preliminarmente, a anulação da publicação do edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei 11.101/2005, por entender que sua publicação se deu em 26 de dezembro de 2024, durante o recesso forense, e que não houve qualquer comunicação nos autos do processo ou disponibilização no site da Administração Judicial, ou, subsidiariamente, que a presente divergência seja declarada tempestiva.

223. Quanto ao mérito, a instituição financeira afirmou ter celebrado com a Recuperanda Pan-Rio Comercial de Bebidas Ltda. os contratos 1084675, 1089791, 001086864 e 001091191, todos com garantia fiduciária, os quais foram objeto de acordo firmado entre Banco, Recuperanda e avalistas.

224. Declarou que, por ser oriundo de cédulas de crédito bancário garantidas por instrumento particular de cessão fiduciária de duplicatas e direitos e instrumento particular de alienação fiduciária de bens móveis, o seu crédito não estaria sujeito aos efeitos da recuperação judicial, na forma do art. 49, §3º da Lei 11.101/2005.

225. Por fim, argumentou ser desnecessária a especificação dos títulos representativos dos créditos cedidos para a regular constituição e validade de cessão fiduciária de direitos creditórios.

226. Em sede de contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas defenderam que o Banco Safra não teria comprovado a formalização na constituição das garantias, conforme determina o art. 23 da Lei 9514/1997, o art. 18 da Lei 9.514/97, o art. 1.361 do Código Civil e o art. 66-B da Lei 4.278/65.

227. Asseveraram que, ainda que se entenda que as garantias são oponíveis, só poderiam operar efeitos até o limite do seu alcance sobre o valor do crédito, na forma dos artigos 83, II e § 1º e 41, § 2º da Lei 11.101/2005, de modo que caberia ao credor comprovar os valores atuais das referidas garantias, a fim de que *“se desse o impacto proporcional sobre o montante efetivamente garantido, e não a totalidade do crédito conforme pleiteiam”*.

228. Alegaram, ainda, que por serem essenciais às atividades empresariais, o destino dos bens em questão deve ser decidido pela Assembleia Geral de Credores, com o consequente afastamento do tratamento privilegiado e vontade isolada de um único credor.





229. Aduziram que, ainda que se admita a validade da garantia, o seu exercício só poderá alcançar os recebíveis de fato constituídos até o ajuizamento da recuperação, de modo que todo ingresso de receita posterior à data da distribuição do feito recuperacional deve ser tratada como receita livre.

230. Por fim, afirmaram que, de acordo com o entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça, a análise acerca da eventual exclusão de créditos deve ser realizada durante a fase judicial de verificação de créditos.

231. A divergência foi instruída com as Cédulas de Crédito Bancário nº1084675, 1089791, 001086864 e 001091191, e com os respectivos instrumentos de cessão e alienação fiduciária em garantia.

232. De início, quanto à tempestividade da presente divergência, vale esclarecer que, conforme consignado na r. decisão de Id. 168491545, diante da publicação do edital previsto no art. 52, §1º da Lei 11.101/2005 no dia 26 de dezembro de 2024, o prazo do art. 7º, § 1º, da LRF teve início somente no dia 21 de janeiro de 2025 e chegou a termo em 04 de fevereiro de 2025.

233. Sendo assim, considerando que a presente divergência foi encaminhada ao endereço de e-mail da Administração Judicial no dia 21 de janeiro de 2025, é manifesta a tempestividade do requerimento.

234. Em relação ao mérito, esta Administração Judicial esclarece que não foi possível correlacionar o valor listado em favor do Banco Safra na relação de credores – R\$ 215.644,38 (duzentos e quinze mil seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos) – com os contratos que seguiram anexos à divergência, sobretudo porque o Safra não apresentou planilha com o débito de cada operação, sendo certo que todas elas possuem valor inicial superior a um milhão de reais.

235. Para além da impossibilidade de verificar a relação entre o valor listado e os contratos citados pelo Safra, este Administrador Judicial observou que o contrato nº 1084675, por exemplo, possui garantia de apenas 20%, não cobrindo, portanto, toda a dívida. Veja-se no excerto abaixo:





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

VI VALOR DA GARANTIA	20,00 % (vinte por cento) sobre o saldo devedor atualizado da Operação Garantida, compreendendo principal e acessórios.
-------------------------	---

236. No mais, ainda que se pudesse promover a escoreita verificação da garantia indicada pelo Banco Safra e os valores devidos em cada operação, como amplamente exposto nos critérios objetivos adotados por esta Administração Judicial para a análise das habilitações e divergências, quaisquer valores gravados com cessão fiduciária se mostram essenciais à manutenção da atividade das Recuperandas, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, o que vai de encontro à finalidade precípua deste projeto de soerguimento.

237. Dessa forma, este Administrador Judicial rejeita a divergência, para manter o crédito no valor de R\$ 215.644,38 (duzentos e quinze mil seiscientos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos), na classe III (quirografários), em favor do Banco Safra S.A.

III.2.i Barreto e Rost Advogados

238. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Barreto e Rost Advogados, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância à inclusão do seu crédito na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 4.516,67 (quatro mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), sob o fundamento de que se trata de honorários advocatícios, possuindo, portanto, natureza alimentar, o que demanda a listagem na classe I (trabalhistas).

239. A divergência foi instruída tão somente com a relação de credores da prévia Recuperação Judicial do Grupo Pakera, na qual é possível atestar que o Requerente foi listado na classe trabalhista.

240. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas manifestaram concordância com o pedido de retificação.

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 65
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





241. Assim, considerando que, de fato, trata-se de crédito de natureza alimentar, equiparado, diante disso, ao crédito classificado como trabalhista, acolhe-se a divergência, para que o crédito no valor de R\$ 4.516,67 (quatro mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) seja retificado para a classe I (trabalhistas).

III.2.j CAN-PACK Brasil Indústria de Embalagens Ltda.

242. Trata-se de divergência de crédito apresentada por CAN-PACK Brasil Indústria de Embalagens Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, no valor de R\$1.073.961,73 (um milhão setenta e três mil novecentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos), na classe III (quiografários), afirmando que, na verdade, seu crédito corresponde a quantia de R\$ 20.094.469,85 (vinte milhões noventa e quatro mil quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), devidamente atualizada na forma do art. 9º, II, da LRF.

243. A divergência foi instruída com sentença proferida em sede de Embargos de Declaração nos autos da Ação de Cobrança nº 0000796-79.2006.8.06.0117, além de memória de cálculos, não tendo sido apresentadas a sentença da fase de conhecimento, certidão de trânsito em julgado da sentença e certidão de crédito, nos termos do art. 9º, III, da LRF.

244. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas se manifestaram contrariamente ao pedido, sob a alegação de que o crédito pretendido pela Requerente é ilíquido, anexando, para tanto, cópia do recurso de apelação interposto em face da sentença que embasa o requerimento.

245. Cumpre destacar que o credor não apresentou a documentação necessária à análise do seu pleito, e que a planilha que instruiu a divergência parece ter sido atualizada até janeiro de 2025, não havendo, dessa forma, como este Administrador Judicial acolher o pedido e retificar seu crédito em tão expressiva monta. Confira-se o excerto da planilha em questão:





MEMÓRIA DE CÁLCULO - DANOS MATERIAIS						
Índice: IGP-M			DATA DO CÁLCULO: jan-25			
PROCESSO: 0000796-79.2006.8.06.0117			TERMO FINAL JUROS 06/08/2024			
AUTOR: CIA METALIC NORDESTE			Evento danoso 15/02/2002			
RÉU: REFRIGERANTES PAKERÁ LTDA						
Código Civil- Lei nº 10406/02 (6% a.a e 12% a.a) 6% até 10/01/2003 e 12% após			A PARTIR DE	VALOR		
			Evento danoso			
VALOR DESCONTO	DATA	ÍNDICE CORREÇÃO	VALOR CORRIGIDO	JUROS 12%	JUROS	DEVIDO CORRIGIDO C/ JUROS
R\$ 45.772,98	15/02/2002	5,26951184	241.201,26	270,0%	651.243,40	R\$ 892.444,66
R\$ 60.481,67	28/02/2002	5,26951174	318.708,87	270,0%	860.513,95	R\$ 1.179.222,82
R\$ 60.481,67	15/03/2002	5,26635194	318.517,76	269,0%	856.812,77	R\$ 1.175.330,53
R\$ 60.481,67	30/03/2002	5,26635194	318.517,76	269,0%	856.812,77	R\$ 1.175.330,53
R\$ 60.481,67	15/04/2002	5,26161645	318.231,35	268,0%	852.860,02	R\$ 1.171.091,37
R\$ 60.481,67	30/04/2002	5,26161645	318.231,35	268,0%	852.860,02	R\$ 1.171.091,37
R\$ 60.481,67	15/05/2002	5,23231551	316.459,18	267,0%	844.946,01	R\$ 1.161.405,19
R\$ 60.481,67	30/05/2002	5,23231551	316.459,18	267,0%	844.946,01	R\$ 1.161.405,19
R\$ 60.481,67	15/06/2002	5,18924477	313.854,19	266,0%	834.852,15	R\$ 1.148.706,34
R\$ 60.481,67	30/06/2002	5,18924477	313.854,19	266,0%	834.852,15	R\$ 1.148.706,34
R\$ 60.481,67	15/07/2002	5,11054242	309.094,14	265,0%	819.099,47	R\$ 1.128.193,61
R\$ 60.481,67	30/07/2002	5,11054242	309.094,14	265,0%	819.099,47	R\$ 1.128.193,61
R\$ 60.481,67	15/08/2002	5,01279297	303.182,09	264,0%	800.400,72	R\$ 1.103.582,81
R\$ 60.481,67	30/08/2002	5,01279297	303.182,09	264,0%	800.400,72	R\$ 1.103.582,81
R\$ 60.481,67	15/09/2002	4,89913308	296.307,75	263,0%	779.289,38	R\$ 1.075.597,13
R\$ 60.481,67	30/09/2002	4,89913308	296.307,75	263,0%	779.289,38	R\$ 1.075.597,13
R\$ 60.481,67	15/10/2002	4,78430969	289.363,04	262,0%	758.131,16	R\$ 1.047.494,20
R\$ 60.481,67	30/10/2002	4,78430969	289.363,04	262,0%	758.131,16	R\$ 1.047.494,20
R\$ 1.073.961,37			R\$ 5.489.929,13		R\$ 14.604.540,72	R\$ 20.094.469,85
VALOR TOTAL DEVIDO ATUALIZADO C/JUROS					jan-25	

246. Ante o exposto, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado na relação de credores, isto é, pelo valor de R\$ 1.073.961,73 (um milhão setenta e três mil novecentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos), na classe dos credores quirografários (classe III).

III.2.I Chame Sociedade de Advogados

247. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Chame Sociedade de Advogados, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância à inclusão do seu crédito na classe III (quirografários), pelo valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), sob o fundamento de que possui natureza alimentar, eis que se consubstancia em honorários advocatícios, devendo ser listado, portanto, na classe I (trabalhistas).

248. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas manifestaram concordância com o pleito.





249. Assim, considerando que, de fato, os honorários advocatícios possuem natureza alimentar, equiparando-se, em razão disso, àqueles classificados como trabalhistas no âmbito da presente recuperação judicial, acolhe-se a divergência, a fim de que o crédito no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) seja retificado para a classe I (trabalhistas).

III.3 Classe IV – Créditos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

III.3.a Espetaculação Acessórios Ind. EIRELI

250. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Espetaculação Acessórios Ind. EIRELI, por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, no valor de R\$ 3.504,10 (três mil quinhentos e quatro reais e dez centavos), na classe IV (microempresa e empresa de pequeno porte), afirmando que, na verdade, corresponde a R\$ 4.293,56 (quatro mil duzentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos).

251. A divergência foi instruída, tão somente, com a inicial de uma ação de cobrança ajuizada em face da Recuperanda Empresa de Mineração de Águas San'Anna e com e-mails de cobrança de faturas, ausentes os demais documentos necessários à verificação do crédito, como, por exemplo, as faturas em questão, sentença da referida ação de cobrança, planilha de débitos, nos termos do que preconiza o art. 9º, III, da Lei 11.101/2005.

252. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas manifestaram sua discordância quanto ao pleito, alegando que a Ação movida pela Requerente ainda se encontra em fase de conhecimento, mais especificamente no prazo para apresentação de Contestação.

253. Ante o exposto, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado na relação de credores, isto é, pelo valor de R\$ 3.504,10 (três mil quinhentos e quatro reais e dez centavos), na classe IV (microempresa e empresa de pequeno porte).





III.3.b Kairos Serviços e Comércio Ltda.

254. Trata-se de divergência de crédito apresentada por Kairos Serviços e Comércio Ltda., por meio de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado em seu favor no primeiro Edital, no valor de R\$ 66.244,50 (sessenta e seis mil duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), na classe IV (microempresa e empresa de pequeno porte), afirmando ser devida a quantia de R\$ 92.671,67 (noventa e dois mil seiscentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos).

255. A divergência foi instruída tão somente com planilha discriminativa de notas fiscais e valores inadimplidos, ausentes, contudo, as referidas notas e demais documentos necessários à comprovação do crédito, como a memória de cálculos atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, isto é, 09 de agosto de 2024, conforme determina o art. 9º, II e III, da Lei 11.101/2005.

256. Em contraditório administrativo, via e-mail, as Recuperandas informaram sua não oposição ao pleito, desde que os valores estejam atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, o que não se verifica.

257. Ante o exposto, rejeita-se a divergência, sendo mantido o crédito tal como listado na relação de credores, isto é, pelo valor de R\$ 66.244,50 (sessenta e seis mil duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), na classe IV (microempresa e empresa de pequeno porte).

IV. Da retificação da relação de credores (art. 7º, §2º, da LRF)

258. Como se verifica da lista apresentada pelas Recuperandas em Ids.136404400 a 136405808, na forma preconizada no art. 51, III, da LRF, o passivo total somado sujeito aos efeitos da recuperação judicial foi apontado no valor de R\$ 108.252.776,76 (cento e oito milhões duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), com a seguinte composição: (A) classe dos credores trabalhistas (classe I), no valor de R\$ 73.193.678,31 (setenta e três milhões cento e noventa e três mil seiscentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos); (B)





classe dos credores quirografários (classe III), no valor de R\$ 33.048.227,27 (trinta e três milhões quarenta e oito mil duzentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos); e, (C) classe dos credores microempresas e empresas de pequeno porte (classe IV), no valor de R\$ 2.010.871,18 (dois milhões dez mil oitocentos e setenta e um reais e dezoito centavos).

259. Analisadas as habilitações e divergências apresentadas pelos credores, amparadas na respectiva documentação comprobatória, constata-se que houve um acréscimo no passivo concursal total, decorrente da inclusão da quantia de R\$ 2.357.736,90 (dois milhões trezentos e cinquenta e sete mil setecentos e trinta e seis reais e noventa centavos), totalizando o montante de R\$ 110.610.513,66 (cento e dez milhões seiscentos e dez mil quinhentos e treze reais e sessenta e seis centavos) conforme Relação de Credores que segue abaixo.

260. Cumpre elucidar que os credores trabalhistas abaixo listados foram removidos da lista de credores, uma vez seus créditos estavam com valores zerados ou constando apenas um traço:

ALEXANDRE MOISES FERREIRA DO ESPÍRITO SA
DHIONATAN EVANGELISTA GOMES
ELIANE RODRIGUES DA SILVA
ILIAN DE PAULA
JOAO VITOR DE SOUZA RAPOSO DA COSTA
JONATAS ANDRE BONIFACIO DA SILVA
LENILSON JOSE DOS SANTOS
LUIZ FELIPE DA SILVA CALDEIRA
LUIZ OTAVIO SILVA DE SOUZA
MARIO DOUGLAS NOBRE COUTINHO
PAULO RICARDO DOS SANTOS RODRIGUES
RIAN FONSECA DE OLIVEIRA
RITA SILVA DE OLIVEIRA
THIAGO BARBOSA CORRÊA
ANA CLAUDIA DA CRUZ MELLO





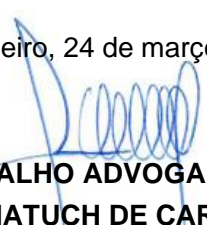
**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MARLON MACHADO DA SILVA
ALEX MARTINS DEKACHE
CHARLES DE OLIVEIRA CARNEIRO
GISELE CRISTINA VAZ DA SILVA
WELLITON JOSE SANTOS VIANA

261. Ante a todo o exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar à serventia que faça publicar o Edital previsto no art. 7º, § 2º, da LRF, concedendo assim à coletividade de credores a devida publicidade do ato, dando-se seguimento ao procedimento de consolidação do Quadro Geral de Credores da presente recuperação judicial.

262. Por oportuno, as Recuperandas promoveram, tempestivamente, a apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial, conforme consta dos autos em Id.164506243, motivo pelo qual se requer que o Edital acima mencionado reste publicado, de forma conjunta, contendo o aviso de recebimento do plano, na forma prevista pelo art.55 da LRF, e assim atinja-se os fins devidos.


Rio de Janeiro, 24 de março de 2025.


MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS
JULIO MATUCH DE CARVALHO
Administrador Judicial
OAB/RJ 98.885


MURILO MATUCH DE CARVALHO
OAB/RJ 137.860


JOHAN TRINDADE
OAB/RJ 228.748


MICHELLE S. SAMPAIO
OAB/RJ 201.825


MATHEUS C. MENDONÇA
OAB/RJ 239.252

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 71
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br





**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TOTAL DE CRÉDITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	R\$ 110.610.513,66
TOTAL DA CLASSE I (TRABALHISTAS)	R\$ 76.265.651,14
CREDOR	VALOR
ABEL DO PRADO TEIXEIRA	R\$ 115.808,90
ABILIO DA SILVA RODRIGUES	R\$ 12.730,81
ABRAAO SANTOS RODRIGUES DA SILVA	R\$ 5.059,00
ADAILDO JOSE FAUSTINO	R\$ 15.695,75
ADALBERTO DA SILVA PEREIRA	R\$ 61.669,97
ADAO CORDEIRO MOREIRA DE OLIVEIRA	R\$ 30.000,00
ADELIO DA CONCEICAO CANDIDO	R\$ 146.181,61
ADELSON DOS SANTOS PEREIRA	R\$ 187.981,30
ADEMILTON DA SILVA FONSECA	R\$ 17.012,25
ADEMIR VILARINO DA SILVA	R\$ 10.525,50
ADENILSON SOARES DE SOUZA	R\$ 9.937,13
ADILSON DE OLIVEIRA EZIDORO	R\$ 18.632,75
ADILSON GOMES	R\$ 40.127,62
ADONIAS INACIO DE SOUZA	R\$ 14.752,50
ADRIANA DA ROZA PESSANHA	R\$ 66.004,57
ADRIANA GOMES DE CARVALHO	R\$ 5.674,00
ADRIANO DA SILVA PEREIRA	R\$ 12.187,00
ADRIANO DO AMARAL MOURA	R\$ 4.690,00
ADRIANO DOS SANTOS COUTINHO	R\$ 362.611,36
ADRIANO HENRIQUE GRANADO	R\$ 1.963,11
ADRIANO RIBEIRO CLEMENTINO	R\$ 135.862,07
ADRIANO TOMAZ DA SILVA	R\$ 20.835,50
AILSON MELO DIAS	R\$ 675.434,05
AILTON GAMA	R\$ 93.320,98
ALBERTO CARLOS PEREIRA DA SILVA	R\$ 9.000,00
ALCEDINO DA SILVA MACHADO	R\$ 398.167,13
ALCIDES TAVARES SOARES	R\$ 205.548,12
ALDA VIRGINIA MOURA DA COSTA	R\$ 21.332,69
ALDO FREIRE DA SILVA	R\$ 86.957,39
ALESSANDRA RIBEIRO CORREA	R\$ 49.500,00
ALESSANDRA RIBEIRO MARINS LEOCADIO	R\$ 9.543,64
ALESSANDRO MOREIRA SILVA INES	R\$ 9.106,25
ALEX DOS REIS MATIAS	R\$ 7.485,00
ALEX FERREIRA	R\$ 9.520,25
ALEX SA GOMES	R\$ 380.534,47

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 72
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ALEX SOUZA MOREIRA	R\$ 16.146,25
ALEX VENTURA DE OLIVEIRA	R\$ 2.605,00
ALEXANDRE CHRISTOVAO DA SILVA	R\$ 31.525,93
ALEXANDRE DA SILVA ALVES	R\$ 38.400,28
ALEXANDRE FELIX DE LIMA	R\$ 60.645,79
ALEXANDRE FIDELIS DA SILVA NETO	R\$ 221.850,00
ALEXANDRE GABRIEL DE OLIVEIRA	R\$ 9.288,00
ALEXANDRE NOGUEIRA DA COSTA	R\$ 114.038,90
ALEXANDRE SANTANA DE SOUSA	R\$ 58.445,74
ALEXANDRE SILVA DE ASSIS	R\$ 51.974,90
ALEXANDRO HORTOLAN DA SILVA	R\$ 13.494,89
ALEXIA ARYANNE DA SILVA	R\$ 13.417,14
ALEXSANDER VIRANGE BATISTA	R\$ 18.868,76
ALEXSANDRO CARVALHO DA SILVA	R\$ 35.742,02
ALEXSANDRO DE SOUSA MOLINA	R\$ 20.419,29
ALEXSANDRO DIAS DE SOUZA	R\$ 8.603,25
ALEXSANDRO FERREIRA DE ARAUJO	R\$ 148.495,22
ALEXSANDRO RICARDO CIPRIANO	R\$ 19.607,00
ALINE PEREIRA DOS SANTOS	R\$ 15.533,32
ALISSON PEREIRA DO NASCIMENTO	R\$ 1.611,00
ALLAN DOMINGOS	R\$ 2.563,00
ALMIR DIAS SOARES	R\$ 12.455,75
ALOISIO RUFINO PEDRO	R\$ 130.000,00
ALOYSIO DA SILVA ANGELO	R\$ 171.152,28
ALVARO FERNANDES	R\$ 38.958,27
AMANDA RIBEIRO BERNARDO	R\$ 11.198,25
AMAUURI VIEIRA DE SOUZA	R\$ 267.860,67
AMILTON PAIVA VIEIRA	R\$ 53.949,56
ANA CLAUDIA BATISTA GONZAGA	R\$ 66.478,01
ANA CONCEICAO DELUCA COSTA	R\$ 139.478,49
ANA LUCIA TEIXEIRA	R\$ 260.148,52
ANA PAULA DE ALVARENGA	R\$ 8.734,25
ANA PAULA GOMES MARQUES	R\$ 68.151,00
ANDERSON ALBUQUERQUE DE PAULA	R\$ 41.590,64
ANDERSON DE OLIVEIRA	R\$ 55.570,50
ANDERSON FERREIRA	R\$ 68.764,01
ANDERSON JOSE CARVALHO BRITO	R\$ 19.678,25
ANDERSON LIRIO MUNHOZ	R\$ 14.142,38
ANDERSON MEDEIROS GONCALVES	R\$ 35.272,78
ANDERSON OLIVEIRA DE MELO	R\$ 17.538,64
ANDERSON PESSANHA DA SILVA	R\$ 3.172,00
ANDERSON VERTEJO DA SILVA	R\$ 7.121,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 73
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 73



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ANDRE CARLOS ALBINO	R\$ 35.393,08
ANDRE DANIEL DA SILVA	R\$ 100.257,45
ANDRE FELIPPE PEREIRA DA SILVA	R\$ 48.250,46
ANDRE LUIS SOARES MOREIRA	R\$ 26.680,25
ANDRE LUIZ CASTILHO DA SILVA	R\$ 261.248,36
ANDRE LUIZ DA SILVA	R\$ 124.978,13
ANDRE LUIZ DIONISIO ROCHA	R\$ 15.492,12
ANDRE LUIZ MONTEIRO TEIXEIRA	R\$ 75.000,00
ANDRE LUIZ OLIVEIRA DE FIGUEIREDO	R\$ 38.499,92
ANDRE MATIAS RODRIGUES	R\$ 56.881,04
ANDRE MELO NASSER	R\$ 49.720,36
ANDRE RANGEL DOS SANTOS	R\$ 66.126,30
ANDREIA DA SILVA STEMBACK PEREIRA	R\$ 17.331,70
ANDRES DA SILVA MOREIRA	R\$ 57.396,00
ANTONIO CARLOS DA SILVA	R\$ 10.235,50
ANTONIO DA SILVA DE GOES	R\$ 8.132,95
ANTONIO EDUARDO ALVES DO NASCIMENTO	R\$ 3.085,00
ANTONIO JOSE RODRIGUES DA SILVA	R\$ 10.544,12
ANTONIO MARCOS MOREIRA MARQUES	R\$ 8.137,60
APOLINARIO DA FONSECA	R\$ 7.311,61
ARIANE DA CUNHA RODRIGUES	R\$ 17.813,00
ARILDO AGRIPE DE CARVALHO	R\$ 73.118,02
ARTHUR RIBEIRO BERNARDO MALINOSKY	R\$ 2.730,00
ARTHUR SANTIAGO DE ABREU	R\$ 7.610,49
ARTUR DOS SANTOS HONORATO	R\$ 35.727,66
ARTUR FELIPE SANTIAGO	R\$ 20.000,00
ATILA HORTOLAN DA SILVA	R\$ 41.306,51
AVILA SOUZA DE ANDRADE DOS SANTOS	R\$ 10.089,00
BARRETTO E ROST ADVOGADOS	R\$ 4.516,67
BEATRIZ ABREU DOS SANTOS	R\$ 9.414,50
BRISBAINO TALES VIANA REGO E SILVA	R\$ 45.814,87
BRUNO BITTENCOURT	R\$ 313.774,25
BRUNO CANDIDO AZEVEDO	R\$ 21.411,81
BRUNO CARMO DOS SANTOS	R\$ 15.309,39
BRUNO CLEITON MENEZES DE CASTRO	R\$ 68.400,98
BRUNO DA SILVA GOMES	R\$ 51.854,97
BRUNO DA SILVA RAMOS	R\$ 32.455,40
BRUNO DE MELO ROCHA	R\$ 6.000,00
BRUNO DE OLIVEIRA ELLIS DA SILVA	R\$ 36.169,68
BRUNO DO NASCIMENTO CESSI	R\$ 11.965,32
BRUNO LAZARO DA SILVA	R\$ 15.027,00
BRUNO SANTOS CEZARIO	R\$ 127.471,95

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 74
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

CAIO DA SILVA CARVALHO	R\$ 2.539,00
CAIQUE DE JESUS CARDOSO	R\$ 354.406,94
CARLA TOMAZ FERREIRA	R\$ 9.322,25
CARLOS ALBERTO DA SILVA COSTA	R\$ 18.816,94
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE COSTA	R\$ 69.014,02
CARLOS ALBERTO FERREIRA CUNHA	R\$ 1.974,00
CARLOS ALBERTO FERREIRA VAZ	R\$ 16.886,50
CARLOS ALBERTO GALOTTI	R\$ 14.671,00
CARLOS ALBERTO XAVIER PIRES	R\$ 45.224,05
CARLOS ALESSANDRO JOAO RANGEL	R\$ 13.714,25
CARLOS ANDRE GOMES DE CARVALHO	R\$ 2.575,00
CARLOS ANTONIO PAIVA DA SILVA	R\$ 32.000,00
CARLOS EDUARDO BELO ALVES	R\$ 2.229,00
CARLOS GUILHERME DE OLIVEIRA DO ROSARIO	R\$ 9.689,50
CARLOS HENRIQUE DE SOUZA COSTA	R\$ 24.965,22
CARLOS HENRIQUE FERREIRA TERRA	R\$ 83.068,47
CARLOS HENRIQUE FRANCISCO	R\$ 290.790,96
CARLOS HENRIQUE LEITE DE ASSIS	R\$ 21.191,76
CARLOS JOSE DA SILVA	R\$ 1.264,04
CARLOS LUIZ DE ALMEIDA	R\$ 539.789,30
CARLOS NOEL DE AMORIM	R\$ 789.424,06
CARLOS ROBERTO ANDRELINO	R\$ 595.552,97
CARLOS ROBERTO CAMILO	R\$ 15.005,00
CARMEN HENRIQUE DE ALMEIDA	R\$ 23.101,50
CASSIANE DOS SANTOS SILVA	R\$ 2.158,00
CELENE REIS MOURA	R\$ 9.817,42
CESAR FERREIRA DE JESUS PINTO	R\$ 515.807,31
CHAME SOCIEDADE DE ADVOGADOS	R\$ 45.000,00
CHARLES DE OLIVEIRA CARNEIRO	R\$ 0,00
CHRISTIAN ROCHA LARES SILVA	R\$ 250.777,01
CINTHIA CAMPOS SANT ANNA	R\$ 47.391,56
CINTHIA NUNES PIRES LOJA	R\$ 340.899,85
CINTIA CORDEIRO DA SILVA	R\$ 4.617,00
CINTIA DA SILVA PIRES	R\$ 18.286,51
CIRO BELMIRO VIANA	R\$ 87.382,02
CISLANDIA PARAIZO MAXIMO	R\$ 40.694,13
CLAUDIA ALVES DE LIMA	R\$ 55.920,33
CLAUDIA VIEIRA LIMA HONORATO	R\$ 106.520,70
CLAUDINEI DA SILVA DE FARIA	R\$ 219.737,41
CLAUDIO ADAO ARAUJO VIEIRA	R\$ 145.710,45
CLAUDIO PEREIRA SANTOS	R\$ 119.426,07
CLAUDIO ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA	R\$ 34.636,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 75
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

CLAUDOMAR GOMES DA HORA	R\$ 7.127,00
CLEBER CHIARETE DA SILVEIRA	R\$ 42.107,61
CLEBER CLEMENTS	R\$ 28.021,73
CLEBER LANZEIRO DA FONSECA	R\$ 68.370,71
CLEBER MONTEIRO DO NASCIMENTO	R\$ 100.438,12
CLEBER PAULINO ALVES	R\$ 71.083,39
CLEBERSON ADIODATO DA SILVA	R\$ 39.009,66
CLEIDIMAR BORGES DA VITORIA	R\$ 27.777,74
CLEITON BATISTA DA COSTA	R\$ 70.996,43
CLEITON SANTOS DA SILVA	R\$ 448.292,21
CLEITON SILVA NOBREGA	R\$ 179.274,10
CLERIO FERREIRA DOS SANTOS	R\$ 205.835,47
CLEUVIS SOARES DA SILVA	R\$ 817.800,89
CLEVERSON DA SILVA ALEIXO	R\$ 7.000,00
CLEVERSON DE OLIVEIRA SANTANA	R\$ 71.551,54
CLEVERSON SILVA NOBREGA	R\$ 80.000,00
CRISTIANBERGUE ALVES PEREIRA	R\$ 16.841,86
CRISTIANE DA COSTA DA SILVA	R\$ 746,00
CRISTIANO SOUZA DE LIMA	R\$ 1.792,00
CRISTINA DE OLIVEIRA NEVES	R\$ 698.447,51
DANIEL CARDOSO MACEDO	R\$ 571,00
DANIEL DE MORAES TOMAZ	R\$ 101.022,27
DANIEL EUZEBIO DE PAULA DA SILVA	R\$ 376.066,13
DANIEL FAUSTO DE SOUZA	R\$ 46.835,27
DANIEL FERREIRA	R\$ 87.656,40
DANIEL NILTON MEDEIROS JUNIOR	R\$ 52.555,03
DANIEL SILVA DE OLIVEIRA	R\$ 11.265,34
DANILO PEREIRA DIAS	R\$ 40.593,70
DANTON RUFINO DA SILVA	R\$ 1.195,00
DARA FERREIRA DOS SANTOS	R\$ 1.879,00
DARLEN EVANGELISTA DA SILVA	R\$ 1.810,00
DAVI APARECIDA NEPOMUCENA	R\$ 2.657,00
DAVI COSTA DOS SANTOS	R\$ 12.789,00
DAVI INACIO DE SOUZA	R\$ 13.104,00
DAVID DA COSTA LUCIANO	R\$ 12.014,00
DAYVID MONTEIRO NASCIMENTO	R\$ 1.848,00
DEBORA FERREIRA CUNHA	R\$ 19.385,50
DEIVID CAMILLO DA SILVA	R\$ 226.110,20
DEIVID GUIMARAES GRIJO	R\$ 15.350,94
DEMILSON SANTANA CONDACK	R\$ 10.096,00
DEMITRE SALLES SANTOS	R\$ 35.000,00
DENILSON TAVARES MAGALHAES	R\$ 90.444,97

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 76
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DENIS DIAS PINHEIRO	R\$ 366.067,45
DENNER UENDERSON DA SILVA DOS SANTOS	R\$ 1.050,00
DEVID JUNIOR DA SILVA	R\$ 126.397,14
DHIONATAH PEREIRA DE LIMA	R\$ 51.438,96
DIEGO LUIZ CAMPOS CARNEIRO	R\$ 7.092,00
DIOGO FERREIRA DA SILVA	R\$ 309.790,40
DIRLENE DE OLIVEIRA ROSA	R\$ 197.937,66
DJALMA PAIVA MIGUEL JUNIOR	R\$ 356.827,88
DORGIVAL DA SILVA BANDEIRA	R\$ 23.790,75
DORMIRA DUARTE SIQUEIRA	R\$ 279,00
DOUGLAS AMORIM FERREIRA	R\$ 5.758,41
DOUGLAS DAVI RODRIGUES DOS SANTOS	R\$ 258.227,00
DOUGLAS FELIPE ANACLETO	R\$ 27.646,71
DOUGLAS GOMES DE LIMA	R\$ 105.667,20
EBE REIS DE ARAUJO	R\$ 160.909,86
EDIELSON DE OLIVEIRA	R\$ 11.985,20
EDILENE DE OLIVEIRA PEREIRA	R\$ 17.500,00
EDILENE REGINA MACHADO	R\$ 71.442,00
EDILSON FERREIRA DA SILVA	R\$ 52.612,72
EDIMILSON DE SOUZA ANDRADE	R\$ 23.649,64
EDINALDO DE ALBUQUERQUE BORGES	R\$ 8.000,00
EDIVAR FERNANDES ALVES	R\$ 30.000,00
EDSON ALVES BRASIL	R\$ 338.818,82
EDSON DOS SANTOS	R\$ 15.465,00
EDSON FELIX DA CONCEICAO	R\$ 225.133,50
EDSON HENRIQUE DE SANTANA	R\$ 786.632,14
EDSON LUIS RIBEIRO DE SOUZA	R\$ 118.976,83
EDSON SABINO DE OLIVEIRA	R\$ 11.364,25
EDSON SOARES DE CARVALHO	R\$ 96.768,38
EDUARDA DOS REIS MARTINS	R\$ 654,00
EDUARDO CARNEIRO FARIAS	R\$ 53.892,00
EDUARDO COSTA MARTINS	R\$ 5.892,00
EDUARDO DA SILVA BRAGA	R\$ 12.750,00
EDUARDO DIONIZIO DA SILVA	R\$ 30.341,21
EDUARDO FABIANO SOARES	R\$ 370.814,14
EDUARDO NOVAES DE ANDRADE	R\$ 654,00
EDUARDO WILLIAN CASTRO ARAGÃO	R\$ 10.128,50
EDVALDO FERREIRA DE LIMA	R\$ 52.688,65
EDVALDO SANTOS DE SOUZA	R\$ 76.385,65
ELESSANDRO DE ANDRADE NOBREGA	R\$ 72.229,33
ELIANA FERREIRA DA SILVA	R\$ 83.376,00
ELIANE SIMOES ALVES COCO	R\$ 9.262,75

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 77
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 77



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ELIAS REZENDE DA SILVA	R\$ 694.903,57
ELIAS SALVADOR BACCA	R\$ 15.054,25
ELIETE SEVERINO PAULINO CORREIA	R\$ 430.153,48
ELIEZER ALVES PEIXOTO	R\$ 175.392,32
ELIO HARTUIQUE	R\$ 60.000,00
ELISEU BELISIO DE MELO	R\$ 61.094,55
ELITON DE FARIA	R\$ 306.137,23
ELIZCARLOS DA SILVA	R\$ 19.807,20
ELZIO DA SILVA ANTONIO	R\$ 14.735,38
EMANUEL BEZERRA CLEMENTINO	R\$ 2.066,00
ERIC ALVES	R\$ 8.000,00
ERIC RODOLFO AMORIM DE CARVALHO	R\$ 14.000,00
ERIC SABINO GREGORIO	R\$ 35.597,92
ERICK BISPO CARVAS DA SILVA	R\$ 2.173,00
ERICK LINO GOMES PIRES	R\$ 3.234,00
ERICO ANDRE ESTRELA	R\$ 15.967,75
ERNANDI JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA	R\$ 310.088,90
ESTANLEI MOREIRA MOLINA	R\$ 104.923,61
EVA CORDEIRO MOREIRA DE OLIVEIRA	R\$ 4.026,68
EVANDERSON GOMES CAMACHO	R\$ 58.270,65
EVANILDO DA SILVA MOREIRA	R\$ 31.357,92
EVERTON BARBOSA DE LIMA	R\$ 33.887,06
EVERTON DA SILVA INOCENCIO	R\$ 1.612,00
EZEQUIEL DOS SANTOS DE SOUZA	R\$ 70.096,39
FABIANA WESTPHAL PEREIRA	R\$ 3.579,00
FABIANO DE SOUZA MAURICIO	R\$ 88.599,14
FABIANO DOS ANJOS SENNA	R\$ 35.378,20
FABIANO DOS SANTOS NASCIMENTO	R\$ 12.531,65
FABIO ANGELO CORREA	R\$ 403.925,63
FABIO DE ALBUQUERQUE FRANKLIN	R\$ 24.980,65
FABIO LAZARO DA SILVA	R\$ 123.485,79
FABIO MACHADO DA SILVA	R\$ 48.354,35
FABIO SANCHES	R\$ 46.985,40
FABRICIA FRANCA TORRES	R\$ 486.946,16
FABRICIO DE ALBUQUERQUE FRANKLIN	R\$ 4.049,90
FABRICIO DO NASCIMENTO FELIX	R\$ 15.275,43
FABRICIO FERREIRA PEREIRA	R\$ 164.437,16
FABRICIO RUAN VIEIRA DA SILVA	R\$ 81.620,48
FELIPE CORREIA MOURA	R\$ 152.412,27
FELIPE GARCIA DIAS	R\$ 58.745,20
FELIPE GERALDO DA SILVA	R\$ 24.370,20
FELIPE ILARIO DA SILVA	R\$ 92.008,35

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 78
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 78



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

FELIPE SERRATI THOMAZ RODRIGUES	R\$ 2.043,00
FELIPHE DA SILVA ABREU	R\$ 227.218,30
FERNANDO DA SILVA PETERLE	R\$ 17.615,00
FERNANDO DA SILVA SOUZA	R\$ 19.000,00
FERNANDO DUARTE DA SILVA	R\$ 4.750,00
FERNANDO OLIVEIRA E SILVA	R\$ 7.276,25
FERNANDO PEDRO DA SILVA FILHO	R\$ 558.314,92
FERNANDO PEREIRA DA SILVA	R\$ 87.636,29
FERNANDO PREVITALI GERALDO	R\$ 82.374,63
FERNANDO RIBEIRO PEREIRA	R\$ 2.343,00
FERNANDO SILVA COELHO	R\$ 126.557,70
FILIPPE DOS SANTOS COSTA	R\$ 2.231,00
FLAVIA PIRES DE OLIVEIRA SOUZA	R\$ 26.414,23
FLAVIO FONSECA DE OLIVEIRA	R\$ 37.770,74
FLAVIO LUIZ SILVA RUFINO	R\$ 4.265,00
FLAVIO OLIVEIRA DE LIMA	R\$ 2.144,00
FLAVIO SOUZA DE ARAUJO	R\$ 48.676,42
FRANCIELE SILVA FURTUNATO DOS SANTOS	R\$ 1.626,00
FRANCISCO ASSIS SILVA SANTANA	R\$ 700.999,75
FRANCISCO MANOEL MARTINS	R\$ 93.836,34
FRANCISCO MESSIAS MORAES DE SOUSA	R\$ 10.469,75
FRANCIVALDO MARTINS DA SILVA	R\$ 7.274,00
GABRIEL DE SOUZA CRUZ	R\$ 17.853,58
GABRIEL GOMES SILVEIRA	R\$ 2.272,00
GABRIEL JUAN DA SILVA SANTOS	R\$ 5.944,00
GABRIEL LEITE BERTONI THOMAZ	R\$ 2.509,00
GABRIEL SILVA DE OLIVEIRA	R\$ 20.043,23
GABRIEL SILVEIRA DOS SANTOS	R\$ 2.256,00
GABRIEL SOUZA DA SILVA	R\$ 2.148,00
GABRIEL VICTOR DE BRITO FONSECA	R\$ 122.608,94
GABRIELA BARROS PIRES	R\$ 2.564,00
GABRIELA COSTA DA SILVA	R\$ 39.618,80
GABRIELA ROSSIGNOLI	R\$ 74.426,27
GABRIELLE SAMPAIO GOMES DA COSTA	R\$ 2.564,00
GAMEIRO ADVOGADOS	R\$ 535.536,96
GEISE CRISTINA BAPTISTA DE OLIVEIRA	R\$ 43.188,98
GEOVANE LOMEU DA SILVA	R\$ 19.866,60
GERALDO CEZAR FAUSTINO	R\$ 62.800,29
GERALDO VITAL JUNIOR	R\$ 229.608,20
GERCINO GALDINO	R\$ 72.726,12
GILBERTO MARTINS DE CASTRO JUNIOR	R\$ 196.055,26
GILCILENE MONTEIRO GONDIM	R\$ 10.656,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 79
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 79



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

GILMAR ANTONIO BARBOSA	R\$ 12.305,50
GILMAR ELIAS JUNIOR	R\$ 8.368,25
GILSON DE SOUZA MARTINELI JUNIOR	R\$ 65.705,97
GILSON JOSE DE PAULA	R\$ 9.275,50
GIOVANE DAMIANO PIRES	R\$ 4.645,00
GISELE CRISTINA VAZ DA SILVA	R\$ 0,00
GLAUCIO FERREIRA DA SILVA	R\$ 44.708,72
GLAUCO FIALHO PIMENTA	R\$ 72.178,77
GLAUCO FRANCISCO DA CONCEICAO ARAUJO	R\$ 9.827,75
GRAZIELA DOS SANTOS RAYMUNDO	R\$ 809,00
GRAZIELE BARROS PIRES TORRES DE GOES	R\$ 14.819,32
GUILHERME FONSECA DA SILVA	R\$ 2.662,00
GUSTAVO VICENTE REGO SILVA	R\$ 28.000,00
HARRISON OLIVEIRA DA CONCEICAO	R\$ 46.000,00
HAZAEI CAVALCANTE PEREIRA	R\$ 314.843,17
HBARBOSA ORGANIZAÇÃO E COBRANÇAS LTDA. ME	R\$ 2.047.135,20
HEITOR PINHEIRO DA SILVA	R\$ 2.284,00
HELLITON CORREA DE PAULA	R\$ 66.620,65
HENRIQUE BECK FERREIRA	R\$ 19.267,75
HERLY BRAGA VICENTE	R\$ 215.812,80
HIGOR SANTOS PEREIRA	R\$ 60.148,53
HILDEBRANDO VERNEQUE MELO FILHO	R\$ 161.484,12
HILTON GERALDO DO VALE	R\$ 17.494,00
HILTON GERALDO DO VALE JUNIOR	R\$ 5.336,00
HIUDSON DA CONCEIÇÃO QUEIROGA	R\$ 1.439,00
HUGO DOS SANTOS SILVA	R\$ 18.090,00
HUGO LEONARDO SILVA DA FONSECA	R\$ 71.682,95
HYAGO SILVA DE OLIVEIRA	R\$ 110.089,62
IAGO ILARIO DA SILVA FERREIRA	R\$ 7.500,00
IAN DA SILVA CALDAS	R\$ 2.126,00
IDMAURO DA SILVA PINTO	R\$ 373.049,10
IGOR CASSIO GUEDES	R\$ 43.665,11
IGOR DE CARVALHO AGUIAR	R\$ 1.674,00
IGOR LUIZ DE FREITAS REZENDE	R\$ 217.048,45
IGUARACY DA SILVA COSTA	R\$ 11.526,00
IHAN GOMES DAVID PINHEIRO	R\$ 17.342,75
ILKA DE FATIMA DA SILVA SOUZA	R\$ 59.240,68
IRINEU ANTONIO DE SOUZA NETO	R\$ 9.392,25
IRLEY CARLOS CARNEIRO	R\$ 645.890,44
ISAAC CEZARIO DO ROSARIO	R\$ 126.611,70
ISABELA DE OLIVEIRA PINHO	R\$ 9.821,61

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 80
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ISAIAS VELOSO DE ABREU	R\$ 75.399,00
ISMAR CARNEIRO	R\$ 310.308,50
ISOLINA SILVA DE MOURA	R\$ 11.407,25
ISRAEL CHAVES TEIXEIRA	R\$ 94.022,73
ISRAEL RODRIGUES MATIAS	R\$ 30.924,15
IVISON ALVES CARNEIRO	R\$ 141.719,54
IZABEL ZANATTA CAMPOS	R\$ 335.430,40
JACSON SANTOS DA SILVA	R\$ 28.131,59
JADERSON BATISTA MOREIRA	R\$ 86.228,87
JAMILLE LOURENCO SOLANO	R\$ 8.764,50
JANAILTON SEVERO DA SILVA	R\$ 52.435,14
JANAINA DOS SANTOS DE SOUZA	R\$ 155.207,14
JANICE LOLI BERNARDES	R\$ 292.073,44
JAQUELINE DA SILVA BARBOSA	R\$ 120.948,61
JEANDERSON OLIVEIRA GALDINO	R\$ 5.400,00
JEANE JERONIMO DE AMORIM E SILVA	R\$ 33.790,80
JEFERSON MACHADO CUNHA	R\$ 46.925,10
JEFFERSON DE MORAES DA SILVA	R\$ 18.291,00
JEFFERSON RIBEIRO DOS REIS E SILVA	R\$ 228.355,17
JENAINA PACHECO DA SILVA	R\$ 14.826,00
JENNIFER BONICELI	R\$ 1.933,00
JEOVANE DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 12.593,75
JESSICA COSTA DO NASCIMENTO	R\$ 27.805,86
JHONATAN RIBEIRO ARAUJO COSTA	R\$ 9.800,50
JOABES ANTONIO DOS SANTOS	R\$ 68.222,80
JOAO BATISTA LOPES DA SILVA	R\$ 48.615,88
JOAO JOAQUIM ANTUNES	R\$ 15.167,50
JOAO KLEBER DOS SANTOS VALADAO	R\$ 57.996,77
JOAO PAULO COSTA DA SILVA	R\$ 16.631,63
JOAO VICTOR ALVES DA COSTA	R\$ 868,00
JOAO VICTOR DE CARVALHO MELO	R\$ 1.899,00
JOAQUIM EDUARDO DUTRA	R\$ 83.918,77
JOAQUIM RUFINO DA SILVA PEDRO	R\$ 673.050,86
JOB JORGE BARROS DA SILVA	R\$ 393.036,10
JOCILEA TRINDADE DE ALMEIDA FERNANDES	R\$ 5.256,00
JOCIMAR OLIVEIRA DE SOUZA DO CARMO	R\$ 4.050,00
JOHNNIE DA SILVA ADEODATO	R\$ 5.915,49
JOHNNY CABRAL DOS SANTOS	R\$ 10.500,00
JOHNSON FABIO RIBEIRO	R\$ 15.134,40
JOICE DA SILVA RESENDE	R\$ 119.918,76
JONATAN DIAS DE SOUZA	R\$ 18.477,13
JONATAS DIAS FRAGA	R\$ 560,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 81
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

JONATHAN DE OLIVEIRA ARAUJO	R\$ 24.600,00
JONATHAN DE SOUZA FERREIRA	R\$ 15.818,00
JONATTAS HERNANDES FAGUNDES	R\$ 82.325,78
JONES SAMUEL DA SILVA E SILVA	R\$ 42.029,88
JONSON REYNAUD	R\$ 22.758,00
JORGE APARECIDO DOS SANTOS RAFAEL	R\$ 10.109,00
JORGE AUGUSTO MUNIZ DE MENEZES	R\$ 140.736,75
JORGE DOMINGOS DOS SANTOS	R\$ 9.525,75
JORGE FABIO DOS SANTOS	R\$ 173.294,52
JORGE GOMES	R\$ 133.469,20
JORGE LUIZ GOMES SANTANA	R\$ 26.329,51
JORGE ROBERTO FERREIRA	R\$ 93.669,44
JOSE AUGUSTO RODRIGUES DE SOUSA	R\$ 25.900,00
JOSE CARLOS CANDIDO JUNIOR	R\$ 507.460,08
JOSE CARLOS FRANCISCO	R\$ 7.479,25
JOSE CARLOS NONATO	R\$ 22.421,31
JOSE DE OLIVEIRA	R\$ 310.485,47
JOSE DOS SANTOS NUNES	R\$ 87.203,09
JOSE FERNANDO GONZALES DE ANDRADE	R\$ 1.607,00
JOSE FERNANDO SABADINI	R\$ 70.000,00
JOSE GERALDO FAUSTINO	R\$ 29.820,53
JOSE JULIAO DE FARIAS	R\$ 21.609,75
JOSE LEONARDO TOMAZ COSTA	R\$ 3.057,00
JOSE LUIZ CARDOSO DA SILVA	R\$ 82.000,58
JOSE LUIZ DA SILVA COSTA	R\$ 10.051,92
JOSE MARIO NETTO	R\$ 213.939,68
JOSE MARTINS DA SILVA	R\$ 3.230,00
JOSE QUEIROGA DA SILVA	R\$ 11.112,50
JOSE ROBERTO DOS SANTOS	R\$ 12.666,00
JOSE ROBERTO FELICIANO DA SILVA	R\$ 164.570,27
JOSEANE VERDAN PAULO	R\$ 17.131,95
JOSEFA SEBASTIANA BERNARDO	R\$ 14.289,50
JOSENALDO PIMENTA COSTA	R\$ 4.348,70
JOSIEL DA SILVA BATALHA	R\$ 1.551,00
JOSSANA BARRETO FERREIRA	R\$ 211.987,81
JUAN TOMAZ DE AQUINO JATOBA	R\$ 1.102,00
JUCENIRA LUCIA SANTOS DA SILVA	R\$ 17.030,75
JULIANA GONCALVES MENEZES	R\$ 39.733,10
JULIO CESAR CORREIA CAMPOS	R\$ 4.000,00
JULIO CESAR LAPA OLIVEIRA	R\$ 22.725,92
JULIO CESAR LOPES SIQUEIRA	R\$ 232.385,07
JULIO CESAR NEVES	R\$ 104.341,20

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 82
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

JULIO CESAR WERNECK MELLO	R\$ 21.669,42
JULLIANA RIBEIRO TEIXEIRA RAMOS	R\$ 10.128,00
JURANDIR PENA	R\$ 3.133,00
JUSSARA DA COSTA DIAS	R\$ 13.423,50
KARTHIER MACARTINEY DA SILVEIRA	R\$ 35.112,55
KATHLEEN NEVES GONDIM	R\$ 12.847,00
KATIA RENATA DE FARIAS LEITE	R\$ 8.756,50
KATIA SIRLENE GARCIA	R\$ 21.990,69
KEVINILIN LEONARDA DE MENDONCA DA SILVA	R\$ 868,00
LAERTE CANDIDO DA SILVA	R\$ 25.827,87
LAIS DA SILVA COSTA	R\$ 8.031,00
LAURA CRUZAL FARIA	R\$ 18.316,89
LEANDRO CORDEIRO MOREIRA DE OLIVEIRA	R\$ 186.133,95
LEANDRO CUPERTINO DA SILVA	R\$ 83.066,85
LEANDRO DA SILVA OLIVEIRA	R\$ 13.500,00
LEANDRO DOS SANTOS CRUZ	R\$ 7.500,00
LEANDRO DUARTE MACHADO	R\$ 10.355,75
LEANDRO FERREIRA CUNHA	R\$ 22.502,61
LEANDRO FIDELIS DA SILVA	R\$ 153.127,67
LEANDRO MOURA FERREIRA	R\$ 7.560,40
LEANDRO PINTO DOS SANTOS	R\$ 196.777,27
LEANDRO SOARES MENDES	R\$ 21.891,31
LEANDRO TADEU DA SILVA	R\$ 81.653,34
LEANDRO VIEIRA DA SILVA	R\$ 15.000,00
LEIDIJANE BELLON PEREIRA	R\$ 6.324,00
LEONARDO ALVES DE SOUZA	R\$ 7.892,25
LEONARDO CARDOSO	R\$ 96.627,87
LEONARDO CASTRO DE LIMA	R\$ 91.761,63
LEONARDO DE MOURA LEVIS	R\$ 46.263,80
LEONARDO FERREIRA TEIXEIRA	R\$ 254.521,21
LEONARDO REIS DAS NEVES	R\$ 44.153,91
LEONARDO TEIXEIRA PINTO	R\$ 2.675,00
LEONARDO VIEIRA AZEVEDO	R\$ 11.744,60
LESSIO CANDIDO DA SILVA	R\$ 70.804,44
LEUVSTON COUTO DOS SANTOS	R\$ 13.299,50
LIDIANE DO CARMO RAIMUNDO	R\$ 42.449,01
LILIAN GLAUCIA VERDAN DOS ANJOS BRAGA	R\$ 93.202,20
LORRAN PATRICK NOBRE DE PAULA	R\$ 7.469,00
LUAN DA CONCEICAO ALVES DA SILVA	R\$ 42.493,92
LUAN DA SILVA PEREIRA	R\$ 2.559,00
LUANA DOS SANTOS DE ABREU BERNARDO	R\$ 239.260,01
LUANA FELIX DE VASCONCELLOS	R\$ 147.306,93

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 83
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 83



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

LUANA GONCALVES DE CARVALHO FERNANDES QU	R\$ 12.215,39
LUCAS DE OLIVEIRA DIAS	R\$ 2.552,00
LUCAS DOS SANTOS FRANCISCO	R\$ 4.043,00
LUCAS FARIA CORDEIRO	R\$ 702,00
LUCAS GOMES DA SILVA	R\$ 2.147,00
LUCAS VAZ DA SILVA	R\$ 1.416,00
LUCIA HELENA DA SILVA GOMES DE BARROS	R\$ 75.670,91
LUCIANA FERREIRA DE PAULA	R\$ 8.835,00
LUCIANA SALUSTINO DE OLIVEIRA	R\$ 12.473,00
LUCIANO DA SILVA ANGELO	R\$ 4.386,00
LUCIANO DE SOUZA MACENA	R\$ 2.420,00
LUCIANO DOS SANTOS MACHADO	R\$ 49.313,44
LUCIANO ILARIO DA SILVA	R\$ 48.892,54
LUCIANO LUDGERIO BARBOSA	R\$ 18.392,50
LUCIANO SILVA DE BARROS	R\$ 227.218,30
LUCIANO SOUZA EUGENIO DA CRUZ	R\$ 33.635,81
LUCILENE DA SILVA DE SOUZA	R\$ 162.255,27
LUCIO FLAVIO BARROS DANTAS	R\$ 10.141,50
LUIS CARLOS OLIVEIRA DE LIMA	R\$ 26.487,82
LUIS FELIPE MARTINS DA COSTA	R\$ 122.581,72
LUIS FERNANDES SANTOS	R\$ 33.570,91
LUIS PAULO BENEVENTE DE OLIVEIRA	R\$ 5.967,00
LUIZ ALBERTO MONTENEGRO BORGES	R\$ 146.085,30
LUIZ ANTONIO DA SILVA	R\$ 2.543,00
LUIZ ANTONIO DA SILVA ARMANDO	R\$ 16.689,75
LUIZ ANTONIO DA SILVA BRAGA	R\$ 9.331,00
LUIZ ANTONIO MOURA JACQUES	R\$ 880.416,00
LUIZ CARLOS VERTEJO	R\$ 13.593,00
LUIZ CARLOS BARROS BARBOSA	R\$ 16.899,96
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	R\$ 2.318,00
LUIZ CARLOS DIAS	R\$ 56.057,03
LUIZ CARLOS GAMA DE JESUS	R\$ 114.463,66
LUIZ CLAUDIO DA SILVA	R\$ 70.762,80
LUIZ CLAUDIO DA SILVA VAGNER	R\$ 6.633,75
LUIZ CLAUDIO DUTRA DE FREITAS	R\$ 150.000,00
LUIZ CLAUDIO JACQUES	R\$ 8.450,75
LUIZ CLAUDIO LOPES FERNANDES	R\$ 73.686,95
LUIZ CLAUDIO VIANA DA SILVA	R\$ 56.099,00
LUIZ EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA	R\$ 4.971,00
LUIZ FERNANDO CANDIDO RABELO	R\$ 284.355,00
LUIZ FERNANDO LEAL	R\$ 429.002,51
LUIZ FILIPE DA SILVA MADEIRA	R\$ 3.252,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 84
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

LUIZ HENRIQUE BRITTO BRAZ MIGUEL	R\$ 2.736,00
LUIZ MATEUS TEIXEIRA DA SILVA	R\$ 2.122,00
MAGNO DOS SANTOS BOTELHO	R\$ 10.499,25
MAICON DO NASCIMENTO ALZEMAN	R\$ 84.258,00
MAICON NETTO DA CRUZ	R\$ 7.765,00
MAIQUE HONORIO NEVES FARIA	R\$ 2.000,00
MANOEL REZENDE	R\$ 8.745,75
MARCELO ANTONIO GONCALVES DO NASCIMENTO	R\$ 7.386,75
MARCELO CASTILHO ARAUJO	R\$ 80.252,48
MARCELO CRUZ MELGACO	R\$ 201.978,00
MARCELO DA CONCEICAO AGUIAR	R\$ 190.562,86
MARCELO DE SOUZA SILVA	R\$ 281.757,25
MARCELO GOMES DE MORAIS	R\$ 28.000,00
MARCELO JOSE DA ROSA	R\$ 13.792,50
MARCELO LEAL SOUZA	R\$ 81.555,29
MARCELO PASSARELE	R\$ 295.538,40
MARCELO ROMUALDO DIAS	R\$ 22.803,50
MARCELO SANTOS LIMA	R\$ 48.866,68
MARCIA CATARINA MONTEIRO	R\$ 4.271,00
MARCIA REGINA DA SILVA LEANDRO	R\$ 142.296,86
MARCILENE BRAGA DO NASCIMENTO	R\$ 7.645,75
MARCIO GOMES BARBOSA	R\$ 36.025,69
MARCIO ILLA FRANCA	R\$ 669.908,69
MARCIO OLIVEIRA DA SILVA	R\$ 9.677,50
MARCIO ROBERTO BRAZ SEVERINO	R\$ 34.220,88
MARCO ANTONIO DA SILVA RIBAS	R\$ 664.691,40
MARCO ANTONIO GONCALVES DE ALMEIDA	R\$ 105.451,10
MARCO ANTONIO SANTOS DA SILVA JUNIOR	R\$ 2.607,00
MARCOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE MATOS	R\$ 22.228,38
MARCOS AURELIO DA SILVA	R\$ 9.060,00
MARCOS DA SILVA GOUVEA	R\$ 9.591,75
MARCOS EDUARDO SILVEIRA DOS SANTOS	R\$ 20.657,38
MARCOS GOMES DE AZEREDO	R\$ 19.209,59
MARCOS PAULO HOTZ DE MELO	R\$ 143.839,21
MARCOS RODRIGUES DA SILVA	R\$ 65.996,21
MARCOS VINICIUS MARIO ALVES	R\$ 706,00
MARGARETE CEDONIA GONCALVES	R\$ 10.293,50
MARIA DA GLORIA FAUSTINO	R\$ 12.124,25
MARIA DA GUIA CORREIA DO NASCIMENTO	R\$ 79.036,11
MARIA ELIENE DA SILVA	R\$ 11.550,00
MARIA ELIZABETH DA SILVA XAVIER	R\$ 200.718,89
MARIA RACINEIDE SILVA ALVES	R\$ 112.819,74

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 85
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

MARIANA MAGALHAES ELIAS MUNIZ	R\$ 61.932,88
MARIANA TEIXEIRA MAGALHAES DA SILVA	R\$ 2.428,00
MARILIA PEREIRA SANTIAGO	R\$ 331.668,39
MARIO ANGELO COUTINHO	R\$ 120.316,60
MARLON BRUNO DA SILVA	R\$ 135.528,65
MARLON DA SILVA SANTOS	R\$ 11.507,00
MARLON DE OLIVEIRA MATHIAS	R\$ 111.751,27
MATEUS MARTINS DOS SANTOS	R\$ 8.222,75
MATHEUS DA COSTA DOS SANTOS	R\$ 2.166,00
MATHEUS MOREIRA DA SILVA	R\$ 56.196,00
MATIAS DO CARMO	R\$ 183.313,31
MAURICIO DOS SANTOS	R\$ 11.870,25
MAURO SERGIO BERNARDINO	R\$ 229.059,92
MAURO SERGIO DA SILVA FREIRE	R\$ 4.178,56
MAXSUEL DA SILVA E SILVA	R\$ 31.581,63
MAYCON LEONARDO AMORIM DE MENEZES	R\$ 2.098,00
MAYK DOS SANTOS DE SA JUNIOR	R\$ 49.721,00
MELQUESEDEQUE TAVARES DE JESUS SILVA	R\$ 1.606,38
MICHAEL DA SILVA GAMA	R\$ 2.320,00
MICHAEL DE JESUS ASSUNCAO	R\$ 348.664,10
MICHELE FREITAS PEREIRA	R\$ 246.855,14
MILTON BISPO DE SOUZA	R\$ 63.750,00
MIRIAM CRISTINA BONFIM ANTONIO DE MORAES	R\$ 50.000,00
MISSILENE FREITAS DA SILVA	R\$ 113.140,19
MOISES DE OLIVEIRA NOVELINO	R\$ 29.269,09
MOISES EFIGENIO DA SILVA	R\$ 4.000,00
MOISES FREITAS TOMAZ	R\$ 214.449,40
MONICA CIRILA DOS SANTOS	R\$ 7.375,00
MONICA MARIA BECK	R\$ 117.450,00
MONIQUE BRAZ DO VALE	R\$ 97.163,05
MULLER DE OLIVEIRA BOTELHO	R\$ 2.292,00
NADIA APARECIDA CAMPOS GOMES	R\$ 215.629,32
NADYNE LUCAS COUTINHO	R\$ 817,00
NAIR DUARTE DA SILVA	R\$ 9.870,00
NAIRLANDIA LUCAS ALVES GIMENES	R\$ 3.414,59
NATALIA SILVA DA CONCEICAO, PAULO HENRIQUE PEREIRA, MARIA EDU	R\$ 29.354,40
NATAN DIAS DE SOUZA	R\$ 423.419,10
NATHAN MATHIAS CAMPOS	R\$ 5.377,95
NEDINA QUEIROGA DA SILVA	R\$ 10.017,25
NEILDA DE SOUZA OLIVEIRA	R\$ 924.618,76
NELSON NED GAMA DA SILVA	R\$ 110.401,69

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 86
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

NELY DE PADULA DE FREITAS SANTOS	R\$ 342.529,38
NILO FERREIRA	R\$ 39.486,64
NILSON SEVERINO BARBOSA JUNIOR	R\$ 40.102,53
NILTON SILVA DE ALEXANDRE	R\$ 2.459,04
OLINDIO DOS SANTOS	R\$ 10.228,00
ORLANDO SANTOS RIBEIRO	R\$ 14.480,03
ORLANDO SILVA ROQUE	R\$ 22.967,34
ORLINDA DE ASSUNCAO DUARTE	R\$ 23.435,55
OSEAS MOREIRA	R\$ 19.445,67
OSEIAS LOPES DE SOUZA	R\$ 2.972,00
OSMAR PEDRO DA SILVA	R\$ 32.853,88
OSWALDO FERREIRA PINTO	R\$ 9.120,00
OTONIEL LAURENTINO PIRES	R\$ 9.896,50
PABLO DA SILVA VALERIO	R\$ 10.000,00
PATRIC BORGES	R\$ 9.852,00
PATRIC MAIA VIEIRA	R\$ 15.053,77
PATRICK DE OLIVEIRA MACHADO	R\$ 2.000,00
PATRICK DE SOUZA LACERDA	R\$ 2.575,00
PATRICK FERREIRA GONÇALVES	R\$ 538,00
PATRICK TRAJANO DE OLIVEIRA SEVERINO	R\$ 22.363,94
PAULA ANDREA FRANCISCO	R\$ 206.536,06
PAULA DOS SANTOS ALVES	R\$ 1.562,00
PAULO ALVES PEREIRA	R\$ 24.087,28
PAULO CESAR BORGES DOS SANTOS	R\$ 159.281,25
PAULO CESAR DOS SANTOS	R\$ 129.484,93
PAULO CESAR LOPES LOURENCO	R\$ 43.859,56
PAULO CESAR MARINS REZENDE	R\$ 23.888,35
PAULO CEZAR REYNAUD	R\$ 822.149,00
PAULO ESTANISLAU SILVEIRA DA FRANCA	R\$ 187.404,72
PAULO HENRIQUE DA SILVA MADEIRA	R\$ 2.753,00
PAULO LEONARDO ALVES DA SILVA	R\$ 87.984,60
PAULO ROBERTO DE CARVALHO SILVA	R\$ 685,00
PAULO ROBERTO DE PAULA	R\$ 105.712,15
PAULO ROBERTO RIBEIRO	R\$ 357.022,21
PAULO ROBSON TAVARES DE MOURA	R\$ 33.131,20
PAULO SERGIO ERCOLINO SANTANA	R\$ 383.469,32
PAULO SERGIO RIBEIRO LOPES	R\$ 107.800,52
PAULO SERGIO WERNECK MELLO	R\$ 16.692,50
PEDRO HENRIQUE BARCELLOS DOS SANTOS	R\$ 37.960,44
PEDRO HENRIQUE NASCIMENTO THOMAZ	R\$ 9.728,75
PETERSON OLIVEIRA MELO	R\$ 24.570,25
PIETRO ROCHA AGUIAR DE PAULA	R\$ 15.203,95

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 87
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 87



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

QUEVIN TAVARES DA SILVA	R\$ 4.218,00
RAFAEL BECK FERREIRA	R\$ 19.103,25
RAFAEL COSTA RIBEIRO DE OLIVEIRA	R\$ 75.866,34
RAFAEL DA SILVA CHAGAS	R\$ 80.947,14
RAFAEL DA SILVA REZENDE	R\$ 20.000,00
RAFAEL DE PAULO LOPES	R\$ 119.963,74
RAFAEL DO NASCIMENTO DA SILVA	R\$ 9.000,00
RAFAEL FERREIRA DE LIMA SOUZA	R\$ 166.886,18
RAFAEL FREITAS DE OLIVEIRA	R\$ 118.379,30
RAFAEL GALDINO	R\$ 66.997,36
RAFAEL VALENTIM CHIARETE DA SILVEIRA	R\$ 12.638,00
RAFAEL XAVIER NASCIMENTO	R\$ 5.664,97
RAFAELA AMORIM DE CARVALHO	R\$ 187.617,45
RAFAELA SILVA ALVES	R\$ 65.507,85
RAMON CARARINE SILVA	R\$ 30.000,00
RAPHAEL AUGUSTO MORAIS DE ALMEIDA	R\$ 7.857,00
RAPHAEL MELGACO DE OLIVEIRA	R\$ 98.122,94
RAPHAEL PHELIPE DA SILVA DIAS	R\$ 3.208,00
RAQUEL GERMANO ALVES	R\$ 2.108,00
RAYANE DE CARVALHO INOCENCIO	R\$ 1.959,00
RAYSSA CLAUDIA BRAZ FERREIRA	R\$ 6.989,50
REGINA CATIA DA SILVA	R\$ 75.565,15
REGINA DA SILVA GUIMARAES	R\$ 43.092,00
REGINALDO DE AGUIAR MACHADO COELHO	R\$ 8.202,26
REGINALDO FERREIRA ROCHA	R\$ 13.600,25
REINALDO ROCHA DE FREITAS	R\$ 15.352,00
RENALTO CORREIA	R\$ 7.653,00
RENAN CAMPOS DE SOUZA	R\$ 46.674,57
RENATA NEVES DE ARAUJO	R\$ 77.957,70
RENATO AQUINO RODRIGUES	R\$ 47.234,85
RENATO AZEVEDO DA SILVA ROCHA	R\$ 9.655,25
RENATO FARIAS	R\$ 34.738,04
RENEGILDA RODRIGUES DE ARAUJO SILVA	R\$ 8.851,40
RHENAN BARBOSA RODRIGUES	R\$ 2.409,00
RICARDO DIAS DA SILVA	R\$ 153.304,79
RICARDO GARCIA DA SILVA	R\$ 27.293,77
RICARDO GOMES CORREIA	R\$ 44.952,07
RICARDO JOSE FERREIRA JUNIOR	R\$ 2.401,00
RICARDO NONATO GOMES RAMOS	R\$ 43.331,17
RICARDO PIRES DA SILVA	R\$ 35.006,30
RITA DE CASSIA DOS SANTOS GINO	R\$ 114.477,23
ROBERT BARBOSA LUCIO	R\$ 17.877,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 88
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ROBERTO JEFFERSON GALDINO FERREIRA	R\$ 112.397,54
ROBERTO NEVES FRAGA	R\$ 19.048,78
ROBERTO PEREIRA DA SILVA	R\$ 15.621,75
ROBERTO RODRIGUES GALDINO	R\$ 13.779,00
ROBSON ALVES DA SILVA	R\$ 195.708,21
ROBSON DA SILVA	R\$ 71.921,17
ROBSON DO NASCIMENTO SODRE	R\$ 188.561,76
ROBSON DUARTE DE MELO	R\$ 14.328,75
ROBSON FERREIRA DA SILVA	R\$ 507.957,36
RODOLFO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 16.444,04
RODOLFO VIEIRA DA SILVA	R\$ 303.437,91
RODOLPHO FELIPE DA SILVA SANTIAGO	R\$ 70.027,15
RODOLPHO SILVA DE SOUZA	R\$ 58.996,69
RODRIGO COUTINHO DE MEDEIROS	R\$ 230.562,10
RODRIGO DA CONCEICAO DE OLIVEIRA JUNIOR	R\$ 3.749,00
RODRIGO DA SILVA OLIVEIRA	R\$ 912,00
RODRIGO DA SILVA PEREIRA	R\$ 37.174,34
RODRIGO DE ALMEIDA DIAS	R\$ 52.402,49
RODRIGO DE ALMEIDA SOBRINHO	R\$ 10.758,25
RODRIGO DE ANDRADE QUINTANILHA	R\$ 273.573,57
RODRIGO DE OLIVEIRA CARVALHO	R\$ 113.857,42
RODRIGO DE SOUZA DA SILVA	R\$ 9.544,00
RODRIGO FERREIRA DE CARVALHO	R\$ 9.740,93
RODRIGO GOMES DE FARIA	R\$ 33.458,11
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA	R\$ 22.664,39
RODRIGO MACHADO QUEIROGA	R\$ 2.847,00
RODRIGO TOME PEREIRA	R\$ 10.646,25
ROGER MANTOVANI FALCAO VIDAL AYACHE	R\$ 8.745,00
ROGER VERDAN ANACLETO DA SILVA	R\$ 129.121,91
ROGERIO CAMELO OLIVEIRA	R\$ 52.360,70
ROGERIO IGNACIO ANACLETO	R\$ 15.619,25
ROGERIO LUCIANO BORGES	R\$ 143.047,18
ROGERIO PEDRO LIDOGERIO	R\$ 15.264,16
ROMILDO FERREIRA GONCALVES	R\$ 78.830,49
RONALDO JANUARIO	R\$ 2.143,00
RONALDO LEAL DA ROCHA	R\$ 42.734,49
RONALDO RAMOS CAETANO	R\$ 45.773,96
RONDINELI SANTOS DA COSTA BARROS	R\$ 13.286,00
RONI ROBERTH DELFINO DOS SANTOS	R\$ 8.000,00
RONICLEI SOUZA	R\$ 27.236,88
RONILDO FERREIRA	R\$ 16.399,00
ROSANA ALVES PEREIRA	R\$ 45.155,56

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 89
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ROSANE FRANCISCO MARCOLINO	R\$ 380.000,00
ROSANGELA LUCIA DE PAULA GONCALVES	R\$ 22.888,70
ROSELANE DA SILVA CORDEIRO	R\$ 11.930,75
ROSENI CAVALCANTE DA SILVA GAMA	R\$ 289.246,47
ROSILENE FERREIRA DOS SANTOS	R\$ 241.541,76
ROZALI FERREIRA DA ROSA	R\$ 43.186,44
RUBEM DIAS ISEL	R\$ 3.109,00
RUBENS DA SILVA MARIA	R\$ 681.080,16
SAMANTA COSTA LOPES	R\$ 35.730,44
SAMIR RODRIGUES DE BRITO	R\$ 21.030,37
SAMUEL DOS SANTOS DE SA	R\$ 502.231,59
SANDRO ROGOGINSKY	R\$ 14.924,00
SARA VITORIA FREITAS GOMES	R\$ 1.690,00
SEBASTIAO CHARLES SEVERIANO LIMA	R\$ 93.704,13
SEBASTIAO DA SILVA	R\$ 389.958,37
SEBASTIAO MOREIRA ROSA	R\$ 20.000,00
SERGIO CARLOS FERREIRA DO NASCIMENTO	R\$ 41.583,11
SERGIO DE OLIVIERA ALVES	R\$ 76.062,20
SERGIO DOS SANTOS LAPA	R\$ 25.799,75
SERGIO LUIZ LOPES MASCARENHAS	R\$ 30.134,13
SEVERINO MARTINS DA SILVA	R\$ 280.404,78
SHAIANE DA SILVA MARINS	R\$ 2.173,00
SHAIENE DOS REIS MARTINS	R\$ 12.000,00
SHEILA PINTO DE SOUSA	R\$ 19.792,21
SHEILA PRATES PEREIRA	R\$ 45.886,20
SHEILA REGINA FERREIRA FIDELES	R\$ 59.142,84
SIDENILSON DA SILVA SETIBA	R\$ 238.505,10
SIDINEI DOS SANTOS DA SILVA	R\$ 119.206,45
SIDNEI JESUS DOS SANTOS	R\$ 21.894,41
SIDNEY COSTA DE SALLES	R\$ 34.484,11
SIDNEY DE SOUZA PINTO	R\$ 89.360,76
SIDNEY JACINTO DE LIMA	R\$ 104.864,01
SILAS MAIA DE SOUZA	R\$ 3.461,00
SILVANA VIEIRA LIMA	R\$ 179.471,46
SILVIO ALBUQUERQUE DE BARROS	R\$ 13.206,20
SILVIO RICARDO DE SANTANA ARAUJO	R\$ 155.145,00
SIMONE DE SOUZA PAIXAO	R\$ 119.426,07
SIRLEI DA SILVA SETIBA	R\$ 112.717,71
SOLIMAR ROCHA DE OLIVEIRA	R\$ 49.875,00
SUELIO DA MOTTA E SILVA	R\$ 2.360,00
SUZANE DA SILVA THOMPSON RABELO	R\$ 58.520,33
TAMIRES DE SOUZA BARBOSA	R\$ 2.302,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 90
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 90



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TANIA MARIA JOYA DA SILVA	R\$ 20.188,00
THAISA DE PAULA BARBOSA	R\$ 12.422,60
THALLES BARRETO DE ABREU	R\$ 134.311,74
THIAGO AMANCIO GALDINO	R\$ 13.855,75
THIAGO CORDEIRO MOREIRA DE OLIVEIRA	R\$ 302.767,69
THIAGO COZZOLINO RODRIGUES	R\$ 350.000,00
THIAGO DE JESUS LEITE	R\$ 49.564,11
THIAGO DE SOUSA NOGUEIRA	R\$ 15.154,47
THIAGO DE SOUZA MEDEIROS	R\$ 24.000,00
THIAGO DOS SANTOS GINO	R\$ 655.513,50
THIAGO FREITAS TOMAZ	R\$ 18.986,50
THIAGO MELO DA ROCHA	R\$ 2.095,00
THIAGO RODRIGUES BARBOSA	R\$ 199.075,76
THIAGO RODRIGUES DA CRUZ	R\$ 116.093,83
THIAGO RODRIGUES DOS SANTOS	R\$ 147.420,12
THIAGO VIEIRA DE SOUZA	R\$ 8.005,49
TIAGO ARTHUR AGUIAR DUARTE	R\$ 1.668,00
TIAGO BEZERRA DA SILVA	R\$ 70.917,69
TIAGO DA CONCEICAO SOARES DA SILVA	R\$ 272.000,70
TIAGO SILVA DA CRUZ	R\$ 95.656,60
UANDERSON CHAVES PINTO	R\$ 393.611,90
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA	R\$ 3.482,00
UELITON MIRANDA ORLANDO	R\$ 127.663,01
UELLINGTON FOLIGNO OLIVEIRA	R\$ 10.116,25
UILLIAM MEDEIROS SANTANA DOS SANTOS	R\$ 70.389,48
UILLIAN DA SILVA LIMA	R\$ 2.854,41
ULISSES MAGALHAES DA COSTA	R\$ 60.178,47
ULISSES SILVA	R\$ 5.953,00
UNIÃO FEDERAL (PGFN)	R\$ 244.113,71
URIAS SILVA AGUIAR	R\$ 14.400,00
URSULA CORREIA DA SILVA	R\$ 130.004,70
VAGNER FRANCISCO JUNIOR	R\$ 9.057,75
VAGNER IZIDORO FONSECA	R\$ 4.054,00
VALDINEI LEO DE CARVALHO	R\$ 152.333,84
VALDINEI ROSA RIBEIRO	R\$ 10.000,00
VALESCA FERNANDES SILVA	R\$ 1.158.720,87
VANDERLEI DE JESUS FARIAS	R\$ 49.237,95
VANDERSON OLIMPIO COELHO DO NASCIMENTO	R\$ 34.540,02
VANDERSON SILVA DE OLIVEIRA	R\$ 17.994,75
VANDERSON SILVA DE OLIVEIRA JUNIOR	R\$ 3.270,00
VANDO MENDONCA DA SILVA	R\$ 126.009,39
VICTOR COSTA GRIPPE DE REZENDE	R\$ 213.758,74

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 91
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 91



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

VICTOR GONÇALVES DE OLIVEIRA SANTANNA	R\$ 2.242,00
VICTOR HUGO DE OLIVEIRA DOROTHEU	R\$ 96.435,83
VILMAR BESSA DA SILVA	R\$ 27.559,75
VINICIUS CORREA MOURA	R\$ 4.454,00
VIRGINIA LUCIA BARBOZA DE SOUZA	R\$ 78.622,50
VITOR DE ALMEIDA NEVES	R\$ 207.154,20
VITOR MARCIO GOMES DOS SANTOS	R\$ 63.682,56
VITOR UBIRAJARA DE MORAES MAGALHAES	R\$ 144.367,21
VIVIANE AUGUSTA CORREA GONCALVES DA CONCEICAO	R\$ 183.645,23
VIVIANE DANTAS DA SILVA	R\$ 32.674,31
VIVIANE DE ANDRADE FREITAS SOUZA	R\$ 156.668,16
VIVIANE DIAS DA SILVA	R\$ 13.846,25
VIVIANE RODRIGUES DO ESPIRITO SANTO	R\$ 39.872,52
WAGNER CORREA DO AMARAL	R\$ 6.000,00
WAGNER DA SILVA	R\$ 16.099,50
WAGNER FRANCISCO DA SILVA	R\$ 1.748,80
WALACE ROGOGINSKY	R\$ 567.037,00
WALDIR VIEIRA TOSTES	R\$ 396.906,06
WALKIRIA APARECIDA DIAS	R\$ 90.953,24
WALKIRIA DA SILVA CARVALHO	R\$ 2.637,00
WALTER AFONSO FRANCO	R\$ 15.640,00
WARNEY ALVES FILGUEIRAS	R\$ 39.750,39
WASHINGTON LUIZ MARQUES DE BARROS	R\$ 119.618,71
WEERNER PINHEIRO BEZERRA	R\$ 230.631,79
WELLINGTON DE SOUZA DE OLIVEIRA	R\$ 3.290,00
WELLINGTON LUCIO DA SILVA LIMA	R\$ 171.746,90
WELLINGTON LUIZ PIRES	R\$ 28.348,11
WELLITOM VITOR TOMAZ DE SOUZA	R\$ 9.610,00
WELLITON JOSE SANTOS VIANA	R\$ 24.000,00
WENDEL DE SOUZA MARCIANO	R\$ 8.423,50
WENDER COSTA BIZERRA DA SILVA	R\$ 191.519,79
WERNECK DE ALMEIDA JUNIOR	R\$ 16.383,37
WESLEY BARBOSA DE SOUZA	R\$ 23.270,91
WESLEY MENEZES ALVES	R\$ 39.737,66
WEST SANTANA FIGUEREDO	R\$ 9.231,00
WILLIAM BARBOZA DA SILVA	R\$ 13.112,70
WILLIAM DA SILVA PEREIRA	R\$ 5.234,49
WILLIAN ALVES DE SOUZA	R\$ 4.649,00
WILLIAMS ELIAS JUNIOR	R\$ 14.051,00
WILLIS DOS SANTOS SILVA	R\$ 23.428,50
WILTON LUIZ DE OLIVEIRA MARQUES	R\$ 10.879,99

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 92
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 92



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

WYGIAN NASCIMENTO ROZA	R\$ 2.426,00
YAN RIBEIRO DE ASSIS	R\$ 111.621,79
YASMIN REIS MOURA	R\$ 2.628,00
ZEDEQUIAS DA SILVA ALVES	R\$ 131.620,53
TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIOS)	R\$ 32.333.991,27
CREDOR	VALOR
3M DO BRASIL LTDA.	R\$ 5.689,03
A CORTINARIA COM DE ARTIGOS DE DECORACAO LTDA	R\$ 33.991,00
ADALBERTO BERNARDINO	R\$ 15.659,37
AG RESINAS LTDA	R\$ 63.393,75
ÁGUA MINERAL CASCATAÍ LTDA	R\$ 26.603,75
AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.	R\$ 270.880,31
ALCOA ALUMINIO S/A	R\$ 686.850,89
ALESAT COMBUSTIVEIS S.A.	R\$ 33.719,00
ALOG - 03 SOLUCOES DE TECNOLOGIA EM INFORMATICA LT	R\$ 44.684,83
AMERICAN PET IND COM IMP EXP DE EMB PLASTICAS LTDA	R\$ 35.757,59
AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A	R\$ 37.887,01
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A.	R\$ 2.267.761,52
APIA CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	R\$ 99.142,22
ARBOR BRASIL IND DE BEB LTDA	R\$ 19.717,56
ASS. BRASIL. DAS IND. DE REFRIG. E BEBIDAS Ñ ALCOOLICAS	R\$ 9.603,59
ATACADAO PAPELEX LTDA	R\$ 1.626,28
AZZURRA VEICULOS LTDA	R\$ 288,52
BANCO DAYCOVAL	R\$ 487.487,05
BANCO SAFRA S A	R\$ 215.644,38
BETA TRIX ADMINISTRACAO EMPRESARIAL LTDA - ANTIGA MERCE	R\$ 9.257,31
BIOLAB ANALISES DE PROJETOS AMBIENTAIS LTDA	R\$ 3.500,00
BRF S.A	R\$ 28.798,00
CAMARA DE COMERCIALIZACAO DE ENERGIA ELETRICA - CCEE	R\$ 18.993,88
CAN-PACK BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.	R\$ 1.073.961,73
CDSA-CENTRAIS ELETR CACH DOURADA S.A	R\$ 162.349,67
CEG-CIA DISTR.DE GAS DO RIO DE JANEIRO	R\$ 6.614,39
CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO S/A	R\$ 11.508,31
CENTURYLINK COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA	R\$ 26.538,66
CEREAIS BRAMIL LTDA	R\$ 75.722,90

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 93
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 93



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

CLARO S/A	R\$ 28.781,22
CLODAM DO BRASIL LTDA.	R\$ 419.473,39
CMM - CARLOS MAGNO	R\$ 135.373,12
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BANITA	R\$ 85.566,46
CONDOMINIO ROSEIRAL	R\$ 44.226,46
COPERSUCAR S.A.	R\$ 243.184,04
CRUZOLEO DERIV PETROLEO LTDA	R\$ 303.451,35
DAVI SIMPLICIO DA SILVA	R\$ 7.555,32
DECK COMERCIAL LTDA	R\$ 4.097.206,80
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	R\$ 28.891,05
DIMENSIONAL BRASIL SOLUCOES LTDA	R\$ 51.324,74
DIMENSIONAL CENTELHA SOLUCOES LTDA	R\$ 1.054,62
DISTRIBUIDORA PROBE LTDA	R\$ 7.331.402,93
EQUINIX DO BRASIL SOLUCOES DE TECNOLOGIA EM INFORM	R\$ 144.307,98
E-SERVICE RIO COM. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTD	R\$ 5.403,14
EVER BRASIL IND. E COMERCIO LTDA.	R\$ 4.392,55
FENIXX VIGILANCIA, SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALOR	R\$ 118.771,01
FIDC MULTISETORIAL PREVIA	R\$ 12.609,84
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	R\$ 6.247.847,25
FLAG INFORMATICA LTDA	R\$ 2.302,96
FRYSK INDUSTRIAL LTDA (ST)	R\$ 12.307,16
GARSON FUNDO DE INVESTIMENTO	R\$ 182.623,00
GFLEXO IND COM E ARTE VISUAL GRAFICO- EIRELLI EPP	R\$ 25.564,28
GRUPO HOSPITALAR DO RJ (ASSIM SAUDE)	R\$ 42.059,64
GUANABARA DIESEL S/A COM. E REPRESENTACOES	R\$ 16.697,00
GUARANIPLAST INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA	R\$ 957.692,30
IBAMA-INSTITUTO BRAS. DO MEIO AMBIEN E DOS REC NAT	R\$ 1.854,96
IBR REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 166.808,33
IBS COMERCIALIZADORA LTDA	R\$ 237.747,35
IBS SERVICOS E DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS LTDA.	R\$ 29.206,32
INTERAMERICAS BEVERAGES BRASIL - IND E COM LTDA	R\$ 613.550,00
IPANEMA IMPORTADORA LTDA	R\$ 2.151,46
JARDEL LEMOS ALVES	R\$ 7.500,00
JCM NITEROI REFRIGERACAO CLIMA RIO	R\$ 299,50

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 94
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

JCM NITEROI REFRIGERACAO LTDA	R\$ 4.097,47
JJ DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA	R\$ 1.500.000,00
JOVELINA MAGALDI LEAL	R\$ 3.312,61
KAESER COMPRESSORES DO BRASIL LTDA	R\$ 1.954,65
KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.	R\$ 83.360,62
LECCA FUNDO DE INVESTIMENTO	R\$ 472.888,18
MARCIO DA SILVA NÓBREGA	R\$ 500,00
MARKEM-IMAJE IDENTIFICACAO DE PRODUTOS LTDA	R\$ 7.860,69
MERCADO BOM PREÇO LTDA-ME	R\$ 5.000,00
MERCADOPAGO COM REPRESENTACOES LTDA	R\$ 8.167,03
MERCOBRONZE METAIS LTDA	R\$ 9.416,40
MERSE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA	R\$ 3.516,10
METTLER-TOLEDO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- DIV. PROCESSO	R\$ 3.684,70
MISC CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA	R\$ 76.386,00
MODAL MIX TRANSPORTES EXPRESS LTDA.	R\$ 12.424,22
MS TECNOLOGIA SERV E COM DE MAQ E EQUIP EIRELI	R\$ 13.815,90
MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA.	R\$ 18.616,51
NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	R\$ 14.179,87
NATUR SUCOS EPRODUTOS ALIMENTICIOS	R\$ 301.160,58
NOVA BONI DISTR DE MAT DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 8.593,19
NOVO HORIZONTE COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA-	R\$ 5.000,00
PALMARES ADM. DE IMOVEIS LTDA.	R\$ 65.083,37
PAQUES BRASIL SISTEMAS PARA TRAT. DE EFLUENTES LTDA	R\$ 9.500,00
PAZAN CONSULTORES FINANCEIROS & ASSOCIADOS LTDA	R\$ 87.809,59
PETROVERA DERIVADOS DE PETROLEO	R\$ 34.332,50
PLASTICO IND E COM DE ARTEFATOS PLASTICOS LTDA	R\$ 44.795,08
PREMIUM IND COM E PARTICIPACAO LTDA	R\$ 132.686,75
PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VAL	R\$ 2.412,23
RAINHA DO LOTE XV DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIO	R\$ 5.000,00
REDE MULTI MARKET - RAZÃO SOCIAL: MERCADO RAPHANINHA LTDA	R\$ 4.570,01
REFRIAC REFRIGERACAO E AR CONDICIONADO LTDA	R\$ 6.734,95
REFRIGERACAO DUFRIO COM E IMP LTDA	R\$ 3.932,94
REGMED INDUSTRIA TÉCNICA DE PRECISÃO LTD	R\$ 2.921,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 95
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

REIS, BLAKE, BORZINO & ADVOGADOS ASSOC.	R\$ 77.042,78
RIOPLAST ROTULOS E EMBALAGENS LTDA	R\$ 116.587,91
ROBERTO LOPES NASCIMENTO	R\$ 15.000,00
RODOBENS COMERCIO E LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA.	R\$ 621,90
RODOLUB COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	R\$ 9.434,00
ROTA E ASSOCIADOS SERVICOS CONTABEIS S/S LTDA	R\$ 13.200,00
SAMSON CONTROL LTDA	R\$ 14.254,34
SARTORIUS DO BRASIL LTDA	R\$ 15.375,29
SENAI - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIA	R\$ 12.564,92
SENAI - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	R\$ 410,00
SENSIENT TECHNOLOGIES BRASIL IND COM IMP E EXP.	R\$ 170.075,81
SERASA S.A	R\$ 13.506,85
SIG BEVERAGES BRASIL LTDA.	R\$ 43.390,76
SIND. DOS TRAB.NAS IND.DE ALIMENT.DE TERES. GUAP.E MAGE	R\$ 90.493,47
SM PACK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	R\$ 12.791,00
SO TINTAS TERESOPOLIS LTDA	R\$ 1.926,93
TECNOBRE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	R\$ 19.296,04
TEPX RECICLAGEM DE MATERIAIS BENEFICIADOS LTDA	R\$ 97.914,15
THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDO E TECNOL	R\$ 15.779,00
TOLEDO DO BRASIL INDUSTRIA DE BALANCAS LTDA.	R\$ 4.674,04
TRACBEL SA	R\$ 6.986,46
TRANSPORTADORA SIDER LIMEIRA LTDA.	R\$ 61.824,00
TRESPLASTIC IND E COM DE PLASTICOS LTDA	R\$ 109.337,54
TRUST IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELLI	R\$ 45.700,04
UNICOLOR TINTAS LTDA	R\$ 3.813,90
UNIMED RIO COOP. DE TRAB. MEDICO DO RJ LTDA.	R\$ 40.105,20
VALMIR PEREIRA FARIAS	R\$ 7.057,61
VDP INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.	R\$ 19.012,63
VIDEOJET DO BRASIL COM.DE EQUIPTOS. P/COD.IND.LTDA	R\$ 73.738,35
VIDEOLAR S/A	R\$ 490.199,27
VOGLER INGREDIENTS LTDA.	R\$ 101.194,06
WEALTH SYSTEMS INFORMATICA LTDA	R\$ 6.397,15

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 96
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 96



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

WEBTELAS COMERCIO ELETRONICO EIRELE-ME	R\$ 254,00
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 59.967,99
WILD AMAZON FLAVORS CONCENTRADOS	R\$ 227.530,71
TOTAL CLASSE IV (ME e EPP)	R\$ 2.010.871,25
CREDOR	VALOR
A T TURBOS COMERCIO E SERVIÇO	R\$ 6.425,00
ADO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PARAFUSOS LTDA	R\$ 253,00
ALESSANDRO VIANA DE ALMEIDA	R\$ 27.650,00
ALL TIME. RAZAO SOCIAL: GC SIMÕES RESTAURANTE E LANCHONETE M.E	R\$ 9.168,38
ATACADÃO OLALLA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. - ME	R\$ 5.205,53
BONANZA SANEAMENTO LTDA ME	R\$ 900,00
BRAGAL BORRACHA LTDA	R\$ 1.675,00
BRANDEX BRANDING E ARQUITETURA LTDA	R\$ 26.000,00
BRASEGUI SEGURANCA CONTRA INCENDIO LTDA	R\$ 3.009,60
C.A.P.S. SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA	R\$ 41.472,47
CAM DOS SANTOS VEDAÇÕES ME.	R\$ 5.968,80
CEREALISTA RIGHETTI LTDA	R\$ 63.535,00
CIDADE DAS TINTAS LTDA	R\$ 1.006,90
CMA INSTALAÇÃO	R\$ 31.743,41
COMPANHIA DOS RELES - COMPONENTES EIRELI	R\$ 5.858,80
CONDOMINIO ROSEIRAL	R\$ 44.226,27
DAKMARK COMERCIO LTDA	R\$ 378,68
DRH 2003 COMERCIO DE PECAS LTDA.-ME	R\$ 8.617,00
DWM DO BRASIL CONSULTORIA EMPRESARIAL	R\$ 36.000,00
ECOFUEL COML IMP EXP E PREST DE SERV TEC	R\$ 379,50
EDSON PORTUGAL CONSULTORIA	R\$ 18.625,00
ELIANE BRITES	R\$ 41.436,00
EMAFLEXO COMERCIAL DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA	R\$ 39.258,65
EMAPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE PAPEL	R\$ 122.658,59
ESPETACULACO ACESSORIOS IND EIRELI	R\$ 3.504,10
FEMASE MANCAIS E SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 8.220,00
FLASH AUTO SERVIÇO LTDA	R\$ 5.331,47
FRANCISCO OTONIEL RODRIGUES	R\$ 18.004,50
FRIGORIA PECAS PARA REFRIGERACAO LIMITADA	R\$ 14.558,25
HDSR 5 REFRIGERACAO LTDA	R\$ 4.482,00
INBRAPET IND. E COM. EMBAL. PLASTICAS EIRELLI EPP	R\$ 300.463,20

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 97
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067

Num. 180574500 - Pág. 97



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

INFORMER INF. COM. & SELETIVAS LTDA.	R\$ 1.023,00
INKTECH DO BRASIL LTDA	R\$ 25.282,09
JAH COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	R\$ 190.100,00
JAH TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA ME	R\$ 20.935,00
JOSE GERALDO DA FONSECA	R\$ 13.238,50
JOVANI CAMARGO VIANA ME	R\$ 743,90
JPS REVENDAS E SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA ME	R\$ 6.950,00
KAIROS SERVICOS E COMERCIO LTDA ME	R\$ 66.244,50
KARLIANE COSTA	R\$ 46.554,00
LCS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 91.488,00
LOCACAO DE MAQUINAS TINCO LTDA.	R\$ 40.102,00
LUCAS MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	R\$ 2.300,00
LUIZ CLAUDIO MUGUE DE BRITTO	R\$ 23.948,50
M H ABRANTES ROLAMENTOS	R\$ 1.187,50
M.AREAS LAB ANALISE CLINICA E IMAGEM LTDA. ME	R\$ 6.176,20
MARCOM SERVIÇOS E VENDA DE	R\$ 34.172,00
MAXFORT TRANSPORTES EXPRESSO LTDA	R\$ 4.060,00
MERCADINHO PRIMOS LTDA ME	R\$ 3.630,00
MERCADO REAL DE NOVA CAMPINAS LTDA	R\$ 6.379,98
MERCEARIA ESTRELA DE INHOAIBA LTDA – ME	R\$ 11.976,48
MERCEARIA FÁTIMA E GUARANI DE TERESÓPOLIS LTDA	R\$ 9.942,09
MKT SERVIÇO PROMOCIONAIS LTDA	R\$ 3.325,00
NADIR VIEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 139.000,00
NELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR EPP	R\$ 2.300,00
NIELSEN CORREIA GERALDO	R\$ 13.247,00
NOVA TENCO MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA EPP	R\$ 14.083,52
OBJETIVO AR COMPRIMIDO LTDA	R\$ 2.025,00
ONEIDE DUARTE MACHADO	R\$ 34.606,50
PANIFICADORA PLENITUDE DE IRAJÁ	R\$ 2.500,00
PAPERPLACE COM. DE PAPÉIS LTDA.	R\$ 708,41
PMEC PACK INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIP	R\$ 18.980,00
PONTAL ADMINISTRADORA LTDA - ME	R\$ 3.521,16
R.P.V. FONSECA COM. DE MAQ. E FERRAMENTA EIRELES	R\$ 6.338,33
RAFAEL SIMÕES	R\$ 24.026,00
REI DAS PALETEIRAS LTDA	R\$ 6.743,70
REY JOYA MERCADO E D	R\$ 8.499,50
RIO FLUX EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA ME	R\$ 1.137,50
RIO LAGOS COMERCIO E REFRIGERACAO EIRELI	R\$ 42.044,00

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 98
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067



**MATUCH DE
CARVALHO**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

RJ 5 FILME ESTRETCH EMBALAGENS LTDA	R\$ 51.000,00
RM CONTABIL E CONSULTORIA LTDA ME	R\$ 12.733,00
ROQUE DONATO BOA VENTURA JÚNIOR	R\$ 2.500,00
ROUTING SYSTEMS INFORMATICA LTDA	R\$ 46.794,75
SENA BATERIAS LTDA	R\$ 2.433,34
SERVO SOLUTION LTDA	R\$ 6.789,72
SOLAI AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA-ME	R\$ 1.422,50
SUPERNOVA CLOUD LTDA	R\$ 5.214,36
TRATORZAN COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA	R\$ 2.600,00
ULISSES SILVA	R\$ 6.750,00
VALMIX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 3.010,00
VANDERLEI DOS SANTOS	R\$ 6.494,50
VANESSA BRANCO	R\$ 17.658,00
W3M COM DE MAQ FERRAM E CONFEC DE UNIF LTDA	R\$ 1.757,20
WEST FILM COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	R\$ 13.307,90
WINNER COM E REPRESENTACOES DE MAQUINAS LTDA	R\$ 2.900,00
XTECH TECNOLOGIA EM FIBRA OPTICA EIRELI	R\$ 1.971,52

Av. Almirante Barroso, 52 - Grupo 2002. Centro.
Rio de Janeiro - RJ. CEP 20031-918. tel. (55 21) 2544 0989

Av. Angélica, 1.761 - Conjunto 42, Higienópolis. 99
São Paulo - SP. CEP 01227-200. tel. (55 11) 95134 0989

www.mcaa.adv.br



Assinado eletronicamente por: JOHAN RODRIGUES DE ALMEIDA TRINDADE - 24/03/2025 23:36:57
<https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25032423365692200000171500067>
Número do documento: 25032423365692200000171500067